

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

# A adesão falhada da Turquia à U.E. e o primeiro critério de Copenhaga

A questão curda e a natureza iliberal do Estado turco como obstáculos à adesão à União Europeia (2013-2017).

Rui Gabriel Fachadas Martinho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Estudos Internacionais

Orientador:

Prof. Doutor Bruno Cardoso Reis, Professor Auxiliar, Departamento de História  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2019

# DEDICATÓRIA

Ao meu avô e mentor, António Hilário Fachadas.

Que o eco das suas palavras sejam a bússola que me guie pelos trilhos da vida.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmão, familiares e amigos, e ao meu orientador, um sincero obrigado a todos pelo vosso inesgotável apoio.

## RESUMO

Com a aceitação da candidatura turca na Cimeira de Helsínquia (1999), Ancara viu-se obrigada a cumprir o primeiro critério de Copenhaga para integrar a União Europeia. Todavia, acontecimentos recentes demonstram que a administração chefiada por Erdoğan não se mostrou verdadeiramente comprometida com a implementação de uma liberalização política capaz de assegurar o respeito pelas minorias, direitos civis e eficaz separação de poderes.

A relevância desta dissertação insere-se no âmbito de uma conjuntura marcada por uma preocupação cada vez maior para com a crescente manifestação de tendências iliberais nas democracias. Embora a inicial promoção de reformas pró-europeias pelo governo de Erdoğan tenha lançado a hipótese de o país enveredar pela liberalização do sistema político e tornar-se num possível modelo de democratização para outros países muçulmanos, estas perspetivas saíram frustradas nos anos vindouros face ao escalar do conflito curdo e concentração dos poderes em Erdoğan.

A questão central levantada pela dissertação é perceber porque é que o governo AKP abandonou as reformas pró-europeias que visavam a liberalização política e harmonização das relações com a comunidade curda na Turquia, sendo observado um afastamento do cumprimento do critério político de Copenhaga com o agravamento do conflito com a minoria curda e manifestação da vertente iliberal da democracia turca com Erdoğan.

Embora se deva ter em conta a atitude negativa de vários Estados-membros europeus face à adesão turca à U.E., e as consequências da questão cipriota para as relações euro-turcas, estas não são as únicas razões que explicam o fracasso da integração da Turquia na UE, pelo que a presente dissertação insiste em olhar para as problemáticas internas da Turquia, vistas como determinantes para se compreender onde falha o cumprimento do primeiro critério de Copenhaga, um requerimento indispensável para qualquer candidato que pretenda integrar a U.E..

A cronologia apresenta-se significativa tanto no âmbito da relação do Estado turco com a minoria curda como das tendências cada vez mais iliberais do governo de Erdoğan. Os eventos da batalha de Kobanî (2014-2015) reacenderam uma vaga de combates entre separatistas do PKK e as autoridades turcas. Em 2013, a vertente iliberal do governo de Erdoğan manifestou-se com maior exposição através do episódio de repressão policial

sobre as manifestações de protesto às medidas governamentais iniciadas no Parque Gezi, assistindo-se continuamente a uma vertente mais iliberal do governo AKP que culminou na adoção de um sistema presidencial em 2017 que oficializou o fim da separação de poderes na Turquia.

Concluimos que embora as reformas que prometiam alinhar a Turquia com o primeiro critério de Copenhaga fossem inicialmente úteis para o governo AKP, o crescente abandono das medidas pró-europeias deveu-se à incompatibilidade das mesmas com o interesse de Erdoğan em consolidar a centralização do poder político. Assistiu-se entre 2013 e 2017 à aceleração da vertente iliberal da política turca e agravamento da questão curda por causa do projeto de poder de Erdoğan que, mais do que qualquer posição europeia, impede e impedirá o cumprimento pela Turquia dos critérios de Copenhaga indispensáveis para a sua adesão à comunidade europeia.

**Palavras-chave:** Turquia; União Europeia; minoria curda; democracia iliberal.

## ABSTRACT

With the acceptance of the Turkish candidacy at the Helsinki Summit (1999), Ankara was obliged to meet the first Copenhagen criterion to join the European Union. However, recent events show that the administration headed by Erdoğan has not been really committed to the implementation of a political liberalization capable of ensuring respect for minorities, civil rights and effective separation of powers.

The importance of this dissertation is applied on a conjuncture marked by an increasing concern about the growing manifestation of illiberal tendencies in democracies, so in this case we address the Turkish case and the illiberal trend of the AKP's government. Although the initial promotion of pro-European reforms by Erdoğan's government had launched the hypothesis that the country would go through the liberalisation of the political system and become a possible model of democratization for other Muslim countries, these prospects came out frustrated in the years to come in the face of the escalation of the Kurdish conflict and the concentration of powers in Erdoğan.

The main issue raised by the dissertation is to understand why the AKP government abandoned pro-European reforms that aimed at political liberalisation and harmonization of relations with the Kurdish community in Turkey, thus being possible to observe a departure from the fulfilment of the Copenhagen political criterion with the deterioration of the conflict with the Kurdish minority and manifestation of the illiberal tendencies of Turkish democracy with Erdoğan.

Although the negative attitude of several European Member States towards Turkish membership must be considered relevant to explain the failure of Turkish integration into the EU, it is not the only or necessarily the main factor, so this dissertation insists on looking at the Turkish domestic issues, seen as determinant to understand where compliance with the first Copenhagen criterion required by the E.U. fails, a crucial requirement for any candidate that wishes to join the E.U..

The chronology is significant both to the Turkish state's relationship with its Kurdish minority and the increasingly illiberal tendencies of Erdoğan's government. Events from the battle of Kobani (2014-2015) renewed a wave of combats between PKK separatists and Turkish authorities. In 2013 the illiberal trend of Erdoğan's government was expressed with greater exposure through the episode of police repression over

demonstrations of protest to government measures initiated in Gezi Park; gradually we witness a more illiberal trend of the AKP government that culminated in the adoption of a presidential system in 2017, marking the end of the separation of powers in Turkey.

We conclude that while the reforms that promised to align Turkey with the first Copenhagen criterion were initially useful to the AKP government, the progressive neglect of pro-European measures was due to the incompatibility with Erdoğan's interest in consolidating the centralization of political power. Between 2013 and 2017, the acceleration of the illiberal trend in Turkish politics and deterioration of the Kurdish issue was due to Erdoğan's power project which, more than any European position, prevents and blocks Turkey's compliance with the criteria of Copenhagen, indispensable for the E.U. membership.

**Key-words:** Turkey; European Union; Kurdish minority; illiberal democracy.

# ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE SIGLAS .....	IX
INTRODUÇÃO .....	- 10 -
CAPÍTULO 1 .....	- 17 -
O Estado turco e o agravamento do conflito com a minoria curda na Turquia (2014-2016).....	- 17 -
CAPÍTULO 2 .....	- 31 -
Erdoğan e a vertente iliberal na política turca (2013-2017). .....	- 31 -
CONCLUSÕES .....	- 45 -
BIBLIOGRAFIA .....	- 51 -



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

<b>UE</b>	União Europeia
<b>PKK</b>	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
<b>AKP</b>	Partido da Justiça e Desenvolvimento
<b>CHP</b>	Partido Popular Republicano
<b>AP</b>	Partido da Justiça
<b>MSP</b>	Partido da Salvação Nacional
<b>MGK</b>	Conselho de Segurança Nacional
<b>MIT</b>	Organização Nacional de Inteligência
<b>HEP</b>	Partido Popular Trabalhista
<b>PYD</b>	Partido da União Democrática
<b>YPG</b>	Unidades de Proteção Popular
<b>HDP</b>	Partido Democrático Popular
<b>MHP</b>	Partido do Movimento Nacionalista
<b>TCF</b>	Partido Progressista Republicano
<b>TSK</b>	Forças Armadas Turcas
<b>MSP</b>	Partido da Salvação Nacional
<b>RP</b>	Partido do Bem-estar

## INTRODUÇÃO

A Turquia apresenta-se como sendo um caso bastante singular enquanto país candidato à União Europeia. Embora tenha formulado o seu pedido de adesão em 1987, a candidatura turca só viria a ser aceite na sequência da Cimeira de Helsínquia de 1999.

O preenchimento do primeiro critério de Copenhaga tem sido um desafio constante que impede o avanço das negociações de adesão da Turquia na União Europeia. Ancara tem vindo a demonstrar-se incapaz de promover o respeito pelas minorias e direitos humanos, bem como assegurar a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, problemáticas estas que remontam a 1923 e que os golpes de Estado militares em 1960, 1971, 1980, e 1997 ilustram paradigmaticamente, embora estejam longe de esgotar a vertente iliberal da política turca.

A questão central desta tese é: porque é que o governo AKP abandonou as suas políticas iniciais de liberalização do sistema político e reconciliação com a comunidade curda na Turquia, por medidas que agravaram a questão curda e reforçaram a vertente iliberal da democracia turca entre 2013 e 2017? Por outras palavras, de que forma e porque é que a administração de Erdoğan denuncia a continuidade do incumprimento do primeiro critério de Copenhaga na Turquia?

Para responder a esta questão central, a presente dissertação enveredou pela elaboração de dois capítulos dedicados à exposição e análise de uma conjuntura marcada pela degradação da já complicada relação entre o Estado turco e a minoria curda na Turquia e pela manifestação das práticas iliberais do governo AKP refletidas na centralização do poder político em Erdoğan.

O primeiro capítulo, denominado “*O Estado turco e o agravamento da questão curda na Turquia (2014-2016)*”, tem como foco denunciar o incumprimento da boa relação do Estado turco com as minorias através do seu caso mais dramático: a difícil relação com a comunidade curda no país. A escolha em se abordar os curdos turcos deve-se à considerável relevância populacional desta comunidade que constitui cerca de um quinto da população total da Turquia; o facto de ser uma comunidade à qual o Estado turco recusa o estatuto de minoria e proíbe a manifestação cultural da etnia curda que compõem o território turco. Desta forma, após uma breve elucidação sobre a candidatura da Turquia no contexto da política de alargamento da U.E. e problemáticas que previnem

a adesão, o capítulo dedica-se à questão curda na Turquia como uma notória manifestação do incumprimento do critério político de Copenhaga no que toca em particular aos direitos e proteção das minorias. Acompanha-se a questão curda desde as origens resultantes da rescisão do Tratado de Sèvres e da formação da República da Turquia com o Tratado de Lausanne, atentando-se o choque nacionalista e ideológico que despontou o conflito do Estado turco com a minoria curda desde a rebelião do xeque Said (1925) até ao desenrolar desta conflituosa relação com manifestação do movimento curdo entre um ativismo político pacifista e separatismo militante belicista nas décadas de 1980 e 1990, explorando as razões da predominância do PKK e fraqueza dos partidos pró-curdos. A experiência histórica das relações entre o Estado turco e a sua comunidade curda torna possível perceber o que levou à degradação das relações curdo-turcas entre 2014 e 2016. Neste capítulo pretendemos justificar a improbabilidade de a questão curda na Turquia ser resolvida de forma pacífica e por meios democráticos sendo este um período que abrange o fracasso das negociações de paz entre o PKK e o Estado turco, bem como a incapacidade de um partido político pró-curdo que, apesar de alcançar algum sucesso eleitoral, viu incapaz de exercer um peso efetivo nas políticas do governo turco para com a minoria curda.

O segundo capítulo, *“Erdoğan e a vertente iliberal na política (2013-2017)”* apela igualmente à experiência histórica, desta vez para perceber a incapacidade de o sistema político turco assegurar uma separação de poderes real e eficaz e preservação de direitos individuais como a liberdade de expressão, o que define o país como uma ‘democracia iliberal’ segundo os parâmetros delineados pelo académico Fareed Zakaria. O capítulo aponta para a tendência de quem alcança o poder na Turquia jogar com um nacionalismo centralizador e intolerante para monopolizar o poder e, conseqüentemente, para a incompatibilidade existente entre democracia iliberal e o primeiro critério de Copenhaga, na medida em que o cumprimento do mesmo só poderá ser alcançado através de uma liberalização do sistema político que permita ao país candidato ser reconhecido como uma ‘democracia liberal’.

O governo AKP inicialmente pareceu apostar na liberalização do sistema político, tendo tomado reformas pró-europeias que visavam uma mudança fundamental nas relações civis-militares, reforço da separação de poderes e dos direitos da minoria curda para impulsionar a candidatura turca na União Europeia, garantindo o fim da tutela de militares seculares sobre governos eleitos. Todavia, a administração de Erdoğan,

primeiro como primeiro-ministro e depois como presidente, acabou por recorrer à centralização do poder com práticas semelhantes às usadas anteriormente por partidos políticos eleitoralmente bem-sucedidos.

Desta forma, é-nos permitido o entendimento do ponto de situação da tendência iliberal na política turca com a separação dos poderes proveniente da despolitização do Conselho de Segurança Nacional e consequente concentração dos mesmos em Erdoğan, que recorreu a métodos manifestamente mais iliberais para limitar a capacidade de atuação dos opositores ao seu governo. Erdoğan assegurou o apoio eleitoral com base numa retórica de teor nacionalista e islamita que o apresentava como o legítimo representante da Turquia democraticamente eleito; usando a contestação à sua administração para mobilizar o seu eleitorado em torno da ideia de um líder precário cercado pela oposição, polarizando a sociedade turca e alimentando um clima de insegurança. Em 2017, Erdoğan alcançou a sua ambição de longa data em estabelecer um sistema presidencial na Turquia, consolidando os poderes que centralizara durante a sua administração. A despolitização do aparato militar e a adoção do sistema presidencial deram continuidade à vertente iliberal, embora manifesta de outra forma através da transição no sistema político turco do que Adam Przeworski definiu como um ‘Estado tutelado’, modelo democrático no qual o poder político reside na preponderância de autoridades militares sobre o governo civil, para uma ‘democracia delegativa’ nos moldes de Guillermo O’Donnell, uma forma de governo caracterizada pelo vasto poder que o presidente exerce sobre o governo civil e instituições democráticas, classificando-se ‘representante legítimo dos anseios da nação’ para justificar a tomada de práticas iliberais. Hakkı Taş afirmou a possibilidade dessa transformação política com Erdoğan no artigo *‘Turkey – from tutelary to delegative democracy’*, denotando-se alguma convergência entre a manifestação da estrutura política turca como uma ‘democracia iliberal’ e a transformação do sistema político turco de um Estado tutelado pelas forças militares para um centralizado na figura presidencial durante a conjuntura política de Erdoğan.

A metodologia utilizada na formulação desta dissertação foi de cariz qualitativo e indutivo, utilizando-se uma pesquisa básica descritiva e explicativa na qual procurou constatar-se a improbabilidade de a Turquia cumprir o primeiro critério de Copenhaga com base nas características da estrutura política turca.

No que toca ao Estado da Arte, esta dissertação pretende trazer para o debate

académico a cunhagem do sistema político turco como sendo uma ‘democracia iliberal’ e analisar o reforço desta tendência com Erdoğan em anos mais recentes, pesando o impacto e motivações do progressivo afastamento dos critérios de Copenhaga.

Considerámos que o termo ‘democracia iliberal’ trazido por Fareed Zakaria aplica-se ao caso turco, sobretudo no que toca ao desrespeito pela separação de poderes tanto pelo governo civil como pelas forças militares. Acrescenta-se a esta teoria que o artigo ‘Turkey – from tutelary to delegative democracy’ de Hakki Tas vem a suportar esta nossa perspetiva, apresentando o governo AKP como catalisador de uma mudança de um Estado tutelado pelas Forças Armadas para uma administração que centra todos os poderes no presidente, algo que se deve à manifesta vertente iliberal da chefia de Erdoğan que, no processo de centralizar em si todos os poderes, afastou-se dos critérios de Copenhaga e, conseqüentemente, da transformação da Turquia numa democracia liberal como elemento indispensável para a adesão na U.E.

No que toca à elaboração do primeiro capítulo, requereu-se, primeiramente, uma literatura que oferecesse contexto para a temática abordada, ou seja conceber a singularidade do processo de adesão da Turquia no âmbito da política de alargamento da comunidade europeia. Nesta medida, sobre os parâmetros pelos quais o país candidato teria de passar para integrar a U.E. e o papel dos critérios de Copenhaga no processo de pré-adesão, o artigo científico “*European Union Enlargement*” de Kristin Archick e Vincent L. Morelli provou-se fundamental para o entendimento dos procedimentos habituais de adesão e relevância dos requerimentos políticos e económicos exigidos aos candidatos; enquanto que o artigo “*Turkey and the European Union: A Journey in the Unknown*” de Nathalie Tocci, especialista na política externa da U.E. no âmbito mediterrânico e professora honorária na Universidade de Tübingen, providenciou noções mais específicas quanto ao percurso particularmente complexo das relações euro-turcas desde a submissão da candidatura turca, passando pelos percalços e incertezas quanto à consumação da adesão da Turquia.

Para além dos critérios de Copenhaga como requerimento, houve outras condições impostas pela U.E. e Estados membros que se apresentaram sobretudo como sendo negociáveis ou discutíveis que esta dissertação não pode omitir a menção. Aborda-se, primeiramente, a questão cipriota, referida com brevidade e detalhe graças à consulta do artigo ‘*The Soviet Union, Turkey and the Cyprus Problem, 1967-1974*’, no qual os académicos John Sakkas e Nataliya Zhukova ilustram o papel da Turquia na

origem do diferendo cipriota e a sua relação com a República do Chipre, que continua a apresentar-se como um entrave para o avanço das negociações de adesão da Turquia. Em seguida, quanto às razões culturais e políticas impostas pelos Estados-membros da U.E. que previnem a adesão, “*Turkey's Bid for European Union Membership: Between "Thick" and "Thin" Conceptions of Europe*” contribui de forma substancial ao debater a ideia de que a oposição de vários países da comunidade europeia à entrada da Turquia torna improvável a aceitação do candidato por motivos culturais, históricos e geográficos, de forma que o cumprimento dos critérios políticos e económicos, bem como o investimento nos capítulos da *acquis communautaire*. O artigo “*Quem tem medo da Turquia no seio da União Europeia?*” do investigador Rogério Leitão apresenta-se relevante como um contributo académico português para esta temática que sublinha as diferentes posturas e interpretações da possibilidade de adesão turca pelos Estados-membros da comunidade europeia. Já a professora de Relações Internacionais da Universidade de Sabanci, Senem Aydin-Düzgit, veio a adicionar á literatura existente a percepção de que correntes políticas mais conservadoras têm vindo a apresentar uma oposição mais veemente à integração turca na U.E., atentando em particular ao caso da oposição francesa com o artigo “*Constructing Europe through Turkey: French perceptions on Turkey's accession to the European Union*”.

Sobre a literatura relevante para a análise de como a questão curda previne o cumprimento do primeiro critério de Copenhaga, o artigo “*Rethinking Conditionality: Turkey's European Union Accession and the Kurdish Question*” demonstrou-se pertinente no que toca à conceção do processo de “europeização” da Turquia através de reformas que almejavam melhorar as condições da comunidade curda na Turquia como condicionante da adesão turca. No que toca ao enquadramento da questão curda, é inegável o contributo do politólogo e especialista na matéria, Hamit Bozarslan, que redigira ‘*Kurds and the Turkish State*’ no âmbito do quarto volume da obra “*The Cambridge History of Turkey*”. Bozarslan providenciou as bases que definem a questão curda e a natureza da relação entre a minoria curda e o Estado turco durante o século XX, de que formas se manifestou o curdismo e qual o papel desempenhado pelos partidos pró-curdos e pelo movimento separatista PKK na Turquia.

Os artigos científicos do académico Michael M. Gunter e jornalista Michael J. Totten foram determinantes para conceber a questão curda como motivo de exclusão da Turquia na adesão do país à UE. Gunter apontou a crescente necessidade de o Estado turco garantir direitos à minoria curda para cumprir o primeiro critério de Copenhaga

através da harmonização das relações com os turcos curdos; Totten, por sua vez, expôs o ponto de situação em 2015 que denunciava a incapacidade de a conjuntura política marcada pelo governo AKP solucionar a questão curda, assistindo-se pelo contrário ao agravamento da situação no sudeste turco.

Quanto ao contributo da literatura na elaboração do segundo capítulo, deve destacar-se primeiramente o artigo do académico Ronald Janse, *“Is the European Commission a credible guardian of the values? A revisionist account of the Copenhagen Political criteria during the Big Bang enlargement”*. A análise de Janse insiste no reforço do critério político de Copenhaga durante o processo de alargamento da U.E. entre 1997 e 2004, definindo-se com clareza que apenas países que se manifestassem como democracias liberais poderiam integrar a comunidade europeia; prevendo-se a necessidade de liberalização do sistema político turco para efetuar com sucesso a adesão. Por outro lado, o politólogo francês especialista em problemáticas da Europa central e oriental, contribui com uma publicação no *Journal of Democracy*, *“Explaining Eastern Europe: The Crisis of Liberalism”* relevante para compreender a emergência da democracia iliberal no contexto europeu, demonstrando que não se trata exclusivamente de um fenómeno na Turquia mas antes um transformação a que se tem vindo a assistir em vários sistemas democráticos na atual conjuntura internacional.

A obra do turcólogo e historiador Erik-Jan Zürcher, *“Turkey: A modern history”* provou-se uma obra fundamental da literatura utilizada neste capítulo ao proporcionar uma sólida base histórica que permitiu acompanhar o desenvolvimento das políticas turcas durante o regime autoritário e mudança para uma democracia iliberal, sendo indispensável para conceber a cultura política turca e contexto político necessário para analisar a conjuntura marcada pelo governo AKP de Erdoğan.

Dentre os capítulos provenientes do quarto volume da História da Turquia redigida pela Cambridge, destacam-se: *“Politics and political parties in republican Turkey”* de Feroz Ahmad, professor emérito de História pela Universidade de Massachusetts que reforçou os dados sobre a experiência iliberal na política turca, proporcionados pela obra de Zürcher, em especial na vertente dos grandes partidos políticos bem sucedidos no âmbito eleitoral que demonstraram tendência para monopolizar o poder político e a caracterização dos primeiros anos da administração de Erdoğan. A académica especialista nas relações civis-militares na Turquia, Ümit Cizre, proporcionou através do seu capítulo *“Ideology, context and interest: The Turkish militar”* uma consistente compreensão do papel que as autoridades militares exerceram

sobre o governo civil desde o golpe de Estado de 1960 até à despolitização do Conselho de Segurança Nacional como parte das reformas pró-europeias implementadas pelo governo AKP. E a professora associada de Antropologia na Universidade de Boston, Jenny B. White, com *“Islam and Politics in contemporary Turkey”* permite-nos conceber as causas que levaram ao fracasso dos movimentos políticos islâmicos no sistema político turco, cuja experiência nos levou a entender o porquê de Erdoğan ter abandonado o programa político de Erbakan em prol de um discurso islâmico discreto e mais moderado.

O jornalista e cientista político Fareed Zakaria, proporcionou através do seu artigo *“The Rise of Iliberal Democracy”* uma base teórica que permite definir o sistema político turco à luz das evidências históricas proporcionadas por Zürcher e Ahmad, e pela continuidade da vertente iliberal com Erdoğan, entendida com recurso ao artigo científico do autor Kaya Genç *“Erdoğan's Way: The Rise and Rule of Turkey's Islamist Shapeshifter”* e a uma série de notícias recolhidas do sítio *Euronews*.

Se Zakaria demonstrou ser importante para a definição da Turquia como uma democracia iliberal, o académico Hakkı Taş teve igualmente um elevado contributo da conceção teórica ao apontar no seu artigo *“Turkey - from tutelary to delegative democracy”* a probabilidade de a Turquia passar de um “Estado Tutelar”, segundo a definição de Adam Przeworski, para uma “democracia delegativa” atendendo à noção cunhada por Guillermo O’Donnell. A experiência política turca entre 2013 e 2017 corroborou a teoria de Hakkı face à subordinação das Forças Armadas às autoridades civis e centralização do poder político em Erdoğan, consolidado com a adoção de sistema presidencialista na Turquia.



## CAPÍTULO 1

### O Estado turco e o agravamento do conflito com a minoria curda na Turquia (2014-2016).

O caminho da Turquia para integrar a comunidade europeia tem vindo a demonstrar-se tão complexo quanto incerto. Enquanto uma série de países candidatos que tanto precederam como sucederam a candidatura turca à U.E. concluíram com sucesso as negociações, tornando-se Estados-membros, devemos considerar a invulgar duração do processo de pré-adesão de Ancara, que dura há já duas décadas (Tocci, 2014).

O governo turco formulou oficialmente a sua candidatura à comunidade europeia em 1987, uma consequência da aproximação entre o país e a C.E.E. com a assinatura do Acordo de Ancara, que desde 1963 estabelecia a Turquia como membro associado da comunidade europeia; todavia, apesar da aproximação, o pedido de adesão foi rejeitado pela Comissão Europeia em 1989 (Tocci, 2014). A recusa não se definiu com base no fundamento de que o país fosse ilegível; a Turquia, contrariamente a Marrocos, que também tinha apresentado a sua candidatura em 1987, era entendida como um país qualificado para aderir, embora, no entender da Comissão Europeia não estivesse habilitado para tal na medida em que apresentava uma notória instabilidade no âmbito democrático que impedia a ‘candidatura a candidato’ (Tocci, 2014).

A submissão da candidatura à U.E. por um país candidato depende, em primeira instância, de um parecer favorável da Comissão, seguido pela aceitação unânime dos Estados-membros que compõem o Conselho de Ministros (Archick & Morelli, 2014); a candidatura turca só viria a ser aceite na Cimeira de Helsínquia em 1999, obrigando a Turquia a preencher o critério político de Copenhaga e a comprometer-se numa resolução pacífica da questão cipriota e melhoria das relações bilaterais com a Grécia para dar início às negociações de pré-adesão (Tocci, 2014).

A Cimeira de Helsínquia pode ter trazido o reconhecimento da candidatura turca, todavia o processo de adesão da Turquia persistiu longe de se ver concretizado, uma ocorrência de não deve ser simplificada, devendo-se a um considerável leque de fatores.

Primeiramente, a Turquia teria de preencher os requerimentos habituais impostos a qualquer país candidato. O Tratado de Maastricht estabeleceria que qualquer país europeu

poderia aderir à UE desde que cumprisse uma série de critérios políticos e económicos apelidados de ‘critérios de Copenhaga’ e, reputados como indispensáveis para a integração na comunidade europeia (Archick & Morelli, 2014). Em prol de cumprir esses critérios, os países candidatos devem possuir um sistema democrático salvaguardado por instituições políticas estáveis, assegurar o Estado de direito, direitos humanos e respeito pelas minorias, deter uma economia de mercado com capacidade de exercer concorrência às forças de mercado dos Estados-membros e, aptidão para aplicar normas e obrigações através da comunhão de objetivos políticos, económicos e monetários com a U.E. (Archick & Morelli, 2014). O reconhecimento da candidatura turca em 1999 obrigou a Turquia a ir de encontro a esses critérios, pelo que periodicamente a Comissão Europeia estaria comprometida a lançar relatórios destinados a esclarecer o Conselho da U.E. e Parlamento Europeu quanto ao ponto de situação e ganhos alcançados pelo candidato (Archick & Morelli, 2014).

Embora tenham sido levadas a cabo reformas pró-europeias importantes, como a abolição da pena de morte e estabelecimento de um maior controlo do governo civil sobre as autoridades militares, permaneceram reservas quanto ao compromisso do Estado turco para com as normas europeias. No que diz respeito ao preenchimento do critério político, persistiram dúvidas quanto à extensão das reformas na Turquia para questões relacionadas com várias matérias, entre as quais os direitos fundamentais, a independência dos órgãos judiciais, liberdade de imprensa, e direitos e proteção de minorias étnicas e religiosas (Archick & Morelli, 2014).

No entanto, apesar das incertezas quanto ao comprometimento turco para com os critérios de Copenhaga, os progressos alcançados no âmbito jurídico, legislativo e económico entre 1999 e 2004 permitiram o início das negociações de pré-adesão para 2005, nas quais o país candidato deve adotar e implementar os tratados e legislação da EU para alinhar o país com as práticas administrativas e judiciais dos Estados-membros através de regulações divididas em 35 ‘capítulos’ e conhecidas como *acquis communautaire* (Archick & Morelli, 2014).

Prevê-se que concluídas as negociações de todos os 35 capítulos entre a Comissão Europeia e o país candidato, os acordos alcançados integrem um tratado de adesão que após a aprovação do Conselho de Ministros e Parlamento Europeu, deve ser ratificado por cada Estado-membro da UE e pelo candidato (Archick & Morelli, 2014). No entanto, a Turquia não chegou a concluir as negociações de pré-adesão, tendo o processo começado a apresentar sinais de estagnação face aos vetos do Conselho Europeu, França

e Chipre, que bloquearam a abertura de vários dos ‘capítulos’ necessários para a conclusão das negociações (Tocci, 2014).

Contrariamente aos critérios de Copenhaga, as razões pelas quais Estados-membros bloquearam determinadas componentes legislativas da comunidade europeia à Turquia podem e devem ser entendidos sobretudo como entraves negociáveis ou discutíveis.

O processo de alargamento da U.E. em 2004 incluiu dez novos Estados-membros, todos provenientes do centro e leste europeu pós-soviético à exceção de Malta e Chipre, países insulares mediterrânicos.

Atentando à adesão da República Cipriota à U.E., a integração deste país deve ser considerada como determinante para entender outro dos motivos pelos quais as negociações de adesão da Turquia estagnaram. A adesão de qualquer candidato à comunidade europeia requer indiscutivelmente a aprovação de todos os Estados-membros, pressupondo a ausência de conflito ou hostilidade entre o país que visa aderir e aqueles que compõem a União (Archick & Morelli, 2014). A questão cipriota foi, em grande medida, um conflito da Guerra Fria que se transformou numa problemática das relações euro-turcas desde que em 2004 a adesão do Chipre à U.E. se efetuou. Em 1974, a Turquia lançou uma operação que ocupou cerca de um terço da ilha do Chipre como resposta ao golpe de Estado apoiado pela ‘ditadura dos coronéis’ de Atenas e pelos E.U.A. (Sakkas & Zhukova, 2013). A área do Chipre ocupada por tropas turcas veio a afirmar-se em 1983 como ‘República Turca do Chipre do Norte’, originando uma crise diplomática entre a Turquia e a comunidade internacional na medida em que o governo de Ancara encontrou-se isolado no reconhecimento do Estado cipriota-turco, e prosseguiu negando a soberania da República do Chipre, enfrentando repreensões da O.T.A.N. e das Nações Unidas quanto à ocupação militar na ilha (Zürcher, 2004). A ausência de uma resolução para a divisão do Chipre não impediu a adesão do Estado cipriota-grego à U.E., mas preveniu e ainda obstrói a adesão turca, com a negação da soberania da República do Chipre pela Turquia face ao bloqueio comercial e isolamento internacional submetido à República Turca do Chipre do Norte (Gunter, 2007).

Se a questão cipriota tem vindo a apresentar-se como uma problemática nas relações euro-turcas que pode ser negociável, o reconhecimento da Turquia como candidato legível tem vindo a provar-se no mínimo discutível junto dos círculos políticos e eleitorais dos Estado-membros da comunidade europeia, originando um aceso debate que não só questiona o carácter identitário europeu na Turquia, como originou um debate em busca da identidade cultural europeia (o que define um país como sendo ‘europeu?’).

Junto das elites políticas da U.E. manifestou-se uma onda de apreensão quanto ao impacto que a adesão turca implicaria se a Turquia fosse de encontro aos critérios políticos e económicos necessários para aderir (Akçalı, Antonsich, & Dostál, 2011). Enquanto que a esmagadora maioria dos países da U.E. se demonstram particularmente favoráveis pela entrada de países como a Noruega, Suíça e Islândia, o mesmo não sucedeu em relação à Turquia, que conta com um apoio particularmente baixo sobretudo na Áustria, Alemanha, Luxemburgo, França, Grécia e Chipre (Akçalı, Antonsich, & Dostál, 2011).

Apesar de não existir nenhuma exigência cultural ou religiosa nos critérios de Copenhaga, a perspectiva de adesão turca promoveu o debate nos círculos académicos e políticos dos Estados-membros sobre a compatibilidade entre islão e democracia, bem como entre a Turquia e a Europa, gerando alguma controvérsia e uma certa turcofobia (Leitão, 2005). Enquanto que em Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido, manifestou-se uma opinião indiferente ou mais favorável para com a possível adesão turca, na Alemanha, Holanda, Bélgica, Suécia e Áustria, uma série de partidos, sobretudo democratas-cristãos, afirmaram uma clara oposição a esta possibilidade (Leitão, 2005). A França veio a provar-se num caso emblemático de contestação sobre a integração da Turquia na comunidade europeia, como veio a demonstrar a ocorrência de catorze debates parlamentares na Assembleia Nacional Francesa entre dezembro de 1999 e outubro de 2005 em torno desta possibilidade (Düzgit, 2009). O partido de centro-direita francês de Sarkozy no governo, há semelhança de outros partidos democratas cristãos e conservadores europeu adeptos de um discurso de securitização e homogeneização da Europa, rejeitou a visão da Turquia como uma nação europeia, defendendo que se estabelecesse antes uma ‘parceria privilegiada’ entre Ancara e a União Europeia ao invés da adesão, uma proposta também ela defendida, sobretudo, pela chanceler alemã, Angela Merkel (Tocci, 2014).

Em 2002, Valery Giscard d’Estaing veio a referir que a adesão da Turquia preconizava o “fim da Europa” (Düzgit, 2009); esta afirmação do antigo presidente francês deve ser entendida não apenas à luz dos motivos culturais e identitários referidos acima, mas também tendo em consideração as consequência políticas que adviriam da integração da Turquia na U.E., o que constituiria uma ameaça em particular para a hegemonia franco-germânica nas instituições europeias (Akçalı, Antonsich, & Dostál, 2011). Em termos políticos, os Estados-membros com maior poder de decisão junto das políticas da U.E., a Alemanha e a França, tinham razões para se sentirem apreensivos com

a possibilidade de um país candidato com uma elevada densidade populacional vir a aderir, o que conseqüentemente prejudicaria a distribuição do poder político detido pelos dois países no Parlamento Europeu (Akçali, Antonsich, & Dostál, 2011).

Considere-se que várias das causas acima assinaladas que previnem a adesão turca, atentando-se à questão cipriota e rejeição da parte dos Estados-membros por motivos culturais, históricos e políticos, que são em grande medida retoricamente reversíveis (Leitão, 2005); enquanto que os critérios de Copenhaga, mantêm-se como um elemento incontornável e essencial para a consumação da adesão.

Desta forma, o cumprimento dos critérios de Copenhaga apresenta-se através do processo de “europeização” da Turquia que, pressupõem um compromisso a médio e longo prazo para com os requisitos políticos e económicos da U.E. e, conseqüentemente a liberalização do sistema democrático turco como fator condicionante para a adesão na comunidade europeia.

Neste contexto, o referido processo de “europeização” manifesta-se através de uma relação de poder assimétrica entre a U.E. como ‘transmissor’, e a Turquia enquanto ‘recetor’ de uma gradual transformação da política doméstica turca para atingir um determinado nível de convergência entre ambos (Cengiz & Hoffmann, 2013). Nesta medida, o conceito de “condicionalidade” pode ser usado para explicar como este processo de “europeização” resulta da influência que a Comissão Europeia exerce no país candidato à adesão através das reformas políticas e económicas necessárias para o cumprimento dos critérios de Copenhaga (Cengiz & Hoffmann, 2013).

Definidas pelas instituições europeias como sendo grupos cujas características étnicas, linguísticas ou religiosas diferenciam-se das pertencentes à maioria da população, as minorias encontraram os seus direitos ao abrigo do critério político de Copenhaga como forma de garantir que o processo de “europeização” previna a emergência de conflitos étnicos no país candidato (Cengiz & Hoffmann, 2013); pelo que neste capítulo, atenta-se à questão curda, mais concretamente ao agravamento do conflito entre o Estado turco e a sua minoria curda entre 2014 e 2016, que espelha a incapacidade de a Turquia garantir o respeito e proteção desta minoria requerida pela comunidade europeia.

Porquê abordar a questão curda? A escolha deve-se ao facto de ser a minoria turca com a qual Ancara tem tido uma relação mais difícil, denotando-se que os curdos compõem cerca de um quinto da população turca (sendo a maior minoria na Turquia); pelo que a questão curda tem vindo a apresentar-se como um desafio historicamente persistente na lidação do Estado turco com a comunidade turco-curda, de uma

complexidade e exigência maior do que com qualquer outra minoria, a começar pelo facto de ser negado aos curdos o estatuto de minoria (Gunter, 2007). A negação deste estatuto assenta num arcaico precedente otomano sobre o qual uma minoria seria determinada não pela etnia, mas por professar crenças religiosas não-muçulmanas, o que incluía judeus, arménios cristão, gregos ortodoxos, mas excluía os curdos pelas crenças sunita e alevita (Gunter, 2007).

Dada a recusa em se reconhecer os curdos enquanto minoria, em que parâmetro se pode definir a questão curda na Turquia? O historiador e politólogo Hamit Bozarslan soube dar uma resposta plausível ao apontar que a essência da questão curda assenta no facto de Ancara negar oficialmente a existência de uma identidade rotulada como ‘curda’ ao mesmo tempo que reconhece essa mesma comunidade como uma ameaça para a coesão territorial e entidade nacional turca (Bozarslan, 2008). Desta forma, o que se veio a assistir foi a interdição e condenação da expressão da identidade cultural curda, negada pela Constituição turca de 1982 que, serviu-se de noções pouco definidas (e por sequência bastante abrangentes) de “terrorismo” e “atos de ódio” para providenciar ao Estado turco um alargado poder de ação sobre o que fosse considerado uma potencial ameaça para com matérias de segurança nacional e princípios kemalistas (Gunter, 2007).

Deve salientar-se que foi com a instabilidade gerada no sudeste turco, conseqüente do agravamento do conflito entre separatistas do PKK e as forças de segurança turcas entre 2015 e 2016, que a situação espelhou um conflito étnico no qual terrorismo contra o Estado e terrorismo de Estado colocavam em causa a eficiência de Ancara em matérias de segurança e defesa, bem como a incapacidade de promover boas relações com a minoria turca apesar dos esforços iniciais do governo AKP, nesse sentido durante os primeiros mandatos.

Para compreender-se o agravamento do conflito étnico entre 2014 e 2016 deve primeiramente conceber-se as origens da desarmonia gerada entre as autoridades turcas e a comunidade curda na Turquia. Perceber como despontou a questão curda assenta numa questão essencial: o que quebrou a ponte estabelecida a harmonia com a etnia curda? Nesta dissertação, identificaram-se duas causas, a formação de um novo contexto geopolítico criado pelo Tratado de Lausanne (1923) e as reformas políticas e sociais impostas por Mustafa Kemal.

O Tratado de Lausanne foi uma consequência da Guerra de independência turca (1919-1923). A rendição das forças otomanas em Mudros que marcaram o fim da intervenção otomana na Primeira Guerra Mundial e subsequente vitória da aliança franco-

britânica levaram ao Tratado de Sèvres (1920), que se provou mais uma imposição do que um acordo, com as autoridades otomanas subjugadas pela ocupação de Constantinopla pelos Britânicos (Zürcher, 2004). O Tratado de Sèvres estabelecia o desmantelamento do Império Otomano, que previa ser repartido entre Gregos, Franceses e Britânicos, e propunha o estabelecimento de um Estado armênio e um Estado curdo na Anatólia (Encyclopaedia Britannica, 2019). Todavia, os planos concebidos pela Entente em Sèvres não se chegaram a concretizar. A impotência do sultanato face ao intervencionismo estrangeiro levou à ascensão de um novo organismo político de base republicana estabelecido em Ancara, apoiado por militares do dissolvido exército otomano (Zürcher, 2004). A formação deste novo centro político sob a forma da Grande Assembleia Nacional e a reorganização militar criaram um movimento de resistência nacionalista pronto a intervir contra a “invasão estrangeira” com o propósito de estabelecer uma nação turca independente (Zürcher, 2004). A “guerra independentista”, como viria a ser chamada, culminou na vitória das forças nacionalistas sob a liderança de Mustafa Kemal, um comandante militar experiente que alcançara o prestígio na sua contribuição para a derrota da campanha britânica na península de Galípoli em 1915 (Zürcher, 2004). A reconquista de Esmirna aos Gregos e capitulação da Constantinopla “britânica” levaram ao estabelecimento do Tratado de Lausanne, que anulava os termos impostos pelo Tratado de Sèvres, reconhecendo-se a soberania da Assembleia Nacional em Ancara, definindo-se as fronteiras da recém-formada República Turca e, conseqüentemente, revogava a demanda de autonomia curda, que se tornara incompatível com a formação do Estado turco na Anatólia (Encyclopaedia Britannica, 2019).

A comunidade curda do chamado Grande Curdistão viria a tornar-se num problema recorrente na política regional do Médio Oriente contemporâneo com a fragmentação da sua população entre os territórios que hoje compõem a Turquia, o Iraque, o Irão e a Síria. Como consequência, a desavença entre turcos e curdos iniciou-se entre os anos 1923 e 1924 alimentada pelo choque entre os nacionalismos turco e curdo, resultante da formação da República da Turquia e conseqüente recusa da criação de um Estado curdo, e pela abolição do Califado durante a presidência de Mustafa Kemal (Zürcher, 2004). A supressão do título de califa quebrou o vínculo religioso que unia sunitas turcos e curdos. Entenda-se que a Guerra da Independência não gerou apenas um movimento de resistência de base nacionalista, mas permitiu a imposição de uma revolução política guiada pelo programa revolucionário centrado na visão de Mustafa Kemal, que renegava o estabelecimento político otomano, entendido como arcaico e

decadente, símbolo de um império derrotado e humilhado pelas potências ocidentais. Por outras palavras, a transferência do poder político de Istambul para Ancara apenas se consumou com a ascensão de uma nova ordem política à custa da derrocada das antigas estruturas administrativas: o sultanato e o califado, suprimidos em prol de uma Assembleia Nacional guiada por valores republicanos e laicos (Zürcher, 2004).

A desavença turco-curda manifestou-se assim, originalmente, como um conflito étnico e ideológico, reconhecido como uma ameaça à soberania do Estado-nação turco e vindo tornando-se numa questão de segurança nacional face a uma série de revoltas curdas entre 1923 e 1938, sendo a rebelião do Xeque Said (1925) a mais conhecida, pela tentativa de restabelecer-se o califado islâmico (Ahmad, 2008).

A tensão e hostilidade geradas no sudeste turco, maioritariamente ocupado pela etnia curda, levou o regime kemalista a impor uma assimilação forçada com a população turca, realocando os curdos pela Anatólia através do Decreto de Estabelecimento de 1934 (Bozarslan, 2008); o conflito turco-curdo abrandou, porém o nacionalismo curdo não desapareceu, voltando a surgir na década de 1960, face à abertura da Constituição turca de 1961, a mais liberal até aos dias de hoje (Bozarslan, 2008). Por esta altura, os movimentos de esquerda tiveram especial apelo junto de nacionalistas curdos pela postura ideológica de resistência ao Estado em defesa da emancipação dos povos oprimidos (Bozarslan, 2008). A radicalização do movimento curdo na Turquia viria a manifestar-se na sequência do golpe de Estado de 1971, que levou ao recuo dos direitos civis, detenção e tortura de intelectuais pró-curdos, e a proibição de manifestações culturais curdas (Bozarslan, 2008). A violência política e polarização da sociedade que se seguiu na década seguinte moldou o movimento curdo como o concebemos hoje, manifestando-se em duas vertentes. Sendo a primeira através do ativismo no âmbito democrático com uma casta política curda a professar discretamente o curdismo na Assembleia Nacional através de partidos políticos exclusivamente turcos como o kemalista e secular CHP, o liberal-conservador AP ou o islamita MSP (Bozarslan, 2008). E a segunda, por via de terrorismo separatista através de uma geração mais nova e em situação económica precária, que optou por recorrer a atos de sedição e terrorismo a partir de Diarbaquir contra o Estado turco (Bozarslan, 2008), cativados pela ideologia marxista-leninista do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), um movimento separatista curdo fundado em 1978 por um antigo estudante da Universidade de Ancara, Abdullah Öcalan (Zürcher, 2004).

Pregando uma revolução contra o ‘colonialismo’ turco e a libertação do Curdistão pela luta armada, o PKK de Öcalan viera a assumir-se assim como o mais importante



movimento separatista curdo na Turquia pelas décadas seguintes, ganhando notoriedade com a internacionalização do PKK na sequência do Golpe de Estado de 1980 e da subsequente purga política e social imposta pelo Conselho de Segurança Nacional (MGK) (Zürcher, 2004). Tirando proveito da conflituosa relação entre Ancara e Damasco e da Guerra entre Irão e Iraque, Öcalan criou duas rotas de infiltração para a Turquia; uma pela Síria, estabelecendo campos de treino apoiados pelo governo sírio; e outra pelo território iraquiano, onde o partido Democrata do Curdistão (PDK) permitiu ao seu homólogo turco, operar junto à fronteira (Zürcher, 2004). A partir dessas bases, Öcalan liderou o PKK numa guerra de guerrilha contra o Estado turco, que se iniciou em 1984, quando Ancara proibiu aos curdos a celebração do Nevroz, e durou até 1999, ano em o conflito abrandou face à captura de Öcalan pelos serviços secretos turcos (MIT) à saída da embaixada grega em Nairobi (Bozarslan, 2008).

Durante este período, houve uma constante e violenta troca de represálias entre as autoridades turcas e separatistas curdos, com Ancara a proceder à formação de esquadrões paramilitares armados, constituídos por militantes ultranacionalistas e chefes tribais curdos pró-governo, para procederem a táticas de terrorismo contra simpatizantes dos separatistas, e o PKK a recorrer a atentados terroristas contra civis suspeitos de apoiar as forças pró-turcas (Bozarslan, 2008).

Do terrorismo de Estado praticado por Ancara e dos atos de terrorismo perpetuados pelo PKK, resultaram duas consequências que se devem salientar. Por um lado, a repressão das forças pró-turcas sobre a população curda tornaram Öcalan numa personalidade de culto para as forças separatistas (Bozarslan, 2008). Por outro, paralelamente à guerrilha, a perda de credibilidade dos partidos ‘tradicionais’ na resolução pacífica com a comunidade curda levaram à emergência de partidos pró-curdos durante a década de 1990 (Bozarslan, 2008). Todavia, todos os partidos manifestamente curdos falharam em tornar-se em atores políticos determinantes, desde o Partido Popular Trabalhista (HEP) que disputara as eleições de 1991, até ao Partido Democrático Popular (HDP) que entrara e saíra do Parlamento em 2015, todas as formações políticas curdas no sistema político turco acabaram por ser judicialmente extintas, sob acusação de deterem uma agenda separatista (Bozarslan, 2008). Esta ocorrência devia-se tanto a uma legislação e aparato judicial repressivos, como pelo facto de que embora os partidos pró-curdos não estivessem ligados à luta armada do PKK, também não estavam completamente dissociados (Bozarslan, 2008). Esta situação levou o Estado turco a tomar uma posição ambígua em relação à problemática curda. Por um lado limitava e ilegalizava

movimentos e partidos políticos que manifestassem a identidade curda, por outro tolerava a discussão de uma solução pacífica para o conflito curdo quando promovida por partidos e líderes que se assumiam como exclusivamente turcos; os governos de Tansu Çiller e Necmettin Erbakan tentaram harmonizar as relações com a comunidade curda, de forma que a ex-primeira-ministra chegara a sugerir a implementação de um ‘modelo basco’ que propunha a descentralização da região curda aliada a uma maior autonomia cultural (Zürcher, 2004).

O governo de Erdoğan, á semelhança dos executivos de Çiller e Erbakan, viria a promover a melhoria das relações com a minoria curda durante os dois primeiros mandatos governativos, que se iniciaram em 2002 e 2007, respetivamente. Deve salientar-se que o governo AKP usufruiu inicialmente de uma conjuntura favorável para a pacificação do confronto proporcionada por duas circunstâncias: a detenção de Öcalan pelas autoridades turcas, que levaram o líder do PKK em regime de cativo a apelar ao fim das hostilidades contra o Estado turco; e a potencial melhoria das relações com os curdos que prometia impulsionar a adesão turca na União Europeia. Pelo que se assinalaram passos importantes nesse sentido com a libertação da ex-deputada Leyla Zana e a permissão na expressão da língua curda (ainda que de forma limitada) em programas de rádio e televisão, e mais tardiamente em tribunal (Bozarslan, 2008).

Conceber como o governo AKP fracassou em melhorar as relações com a comunidade curda a longo prazo começa pelas limitações, embora o governo de Erdoğan em 2005 tenha reconhecido a existência de um ‘problema curdo’, não se estava mais perto de conceber a comunidade curda como uma minoria nem de se alterar eficazmente uma legislação que penaliza e condena a discussão do problema quando abordado pelos curdos. A abolição da lei antiterrorista e o direito ao ensino da língua curda não deram mostras de vir a concretizar-se, levando a que em 2013 o líder do braço armado do PKK, Cemil Bayik suspendesse a retirada dos separatistas no sudeste turco apesar de Öcalan e Ancara se encontrarem a negociar tréguas (Turquia: PKK suspende retirada dos guerrilheiros, 2013). Na realidade, à exceção da perspectiva de adesão à União Europeia e do considerável peso eleitoral do voto turco, o executivo AKP pouco tinha a ganhar com reformas que visassem a melhoria dos direitos curdos. A estagnação do processo de adesão à União Europeia representou a perda de um incentivo para o fim da discriminação curda, enquanto que o sucesso eleitoral de partidos pró-curdos era entendido como uma potencial ameaça para a hegemonia parlamentar do partido de Erdoğan sobre o hemiciclo. A detenção de políticos e ativistas curdos e a sequente dissolução do partido pró-curdo

DTP decretada pelo Tribunal Constitucional em 2009 reflete como a perspectiva de adesão na comunidade europeia desvanece em comparação com a necessidade do AKP assegurar o poder parlamentar, e demonstrando que o Estado turco continuava a privilegiar o curdismo como ameaça à segurança nacional em detrimento da liberalização do sistema político (Principal partido pró-curdo dissolvido na Turquia, 2009).

Erdoğan, à semelhança de Erbakan anteriormente, viria a apelar ao Islão como meio de coexistência entre turcos e curdos. O apelo religioso revelava alguma eficácia dado que a aderência curda a movimentos de esquerda não eliminou a importância dos líderes tribais das irmandades religiosas (Bozarslan, 2008). A ideia do estabelecimento de um califado islâmico poderia estar moribunda pela década de 1960 em diante, mas a relevância do Sunismo e Alevismo na sociedade curda mostraram-se capazes de contrabalançar com programas comunistas e socialistas (Bozarslan, 2008). Erdoğan subestimara, no entanto, que o nacionalismo curdo, espelhado no PKK e partidos pró-curdos, sobrepunha-se à ideia de unidade religiosa que o AKP transmitia (Bozarslan, 2008).

Face à estagnação das reformas pró-curdas, o processo de reconciliação fracassou, sendo que o período que vai de 2005 a 2013 ficou marcado por uma nova vaga de ofensivas entre militares turcos e separatistas curdos junto à fronteira com o Iraque. Deve ter-se em memória que o panorama regional veio a sofrer significativas alterações, e o carácter internacional da questão curda obrigava Ancara a lidar com várias facções curdas extraterritoriais. O espaço curdo passou a ser composto por uma entidade política, o Curdistão Iraquiano, uma região autónoma existente desde 1992, reconhecida após a queda do governo Baathista de Hussein e ocupação americana do Iraque (Bozarslan, 2013). As boas relações estabelecidas entre o governo turco e o governo curdo-iraquiano sublinham o facto de o antagonismo não se dirigir aos curdos enquanto povo, mas a grupos separatistas que ameaçam o estabelecimento de um Estado curdo na Turquia. (Yavuz & Özcan, 2015). Ao contrário da situação curdo-iraquiana, a possibilidade da formação de um Estado curdo junto à fronteira turco-síria foi vista com apreensão por Ancara. No âmbito da Guerra Civil Síria, um episódio consequente da Primavera Árabe, a experiência do Curdistão Iraquiano inspirou o movimento separatista sírio-curdo, que em 2012 forçara as forças governamentais de Bashar al-Assad a retirar-se do noroeste sírio (Bozarslan, 2013). A região tornou-se num baluarte para milícias curdo-sírias, em particular o Partido da União Democrática (PYD) e o seu braço armado, as Unidades de Proteção Popular (YPG) que compunham um problema para o Estado turco na medida

em que estavam afiliadas ao PKK (Totten, 2015). Concebeu-se a ideia de que o estabelecimento de um Estado curdo no nordeste sírio ameaçava reforçar a luta separatista no sudeste turco. Seguindo esta lógica, concebe-se o significado do cerco de Kobanî para Ancara. Quando a cidade curdo-síria, controlada pelas YPG foi disputada pelo Estado Islâmico em 2014, a prioridade do governo turco tratou-se de bloquear a fronteira aos militantes curdos da Turquia que visavam reforçar a defesa de Kobanî. A emergência de um Curdistão Sírio constituía uma ameaça consideravelmente mais preocupante para Ancara do que a constituição de um Estado Islâmico junto à sua fronteira; e embora a Turquia almejasse a queda do governo sírio, contrariamente ao aliados ocidentais, não pretendia fazê-lo à custa da ascensão do PYD na região (Totten, 2015). Face à pressão da comunidade internacional, o governo turco acabara por aceder à passagem dos ‘peshmerga’ provenientes do Curdistão Iraquiano, e a coligação curda, usufruindo do apoio aéreo americano, acabou por sair vitoriosa em Kobanî sobre as forças jihadistas (Celebrados na Turquia, "peshmergas" aproximam-se da batalha de Kobani, 2014)

Todavia, a decisão de bloquear os reforços de guerrilheiros curdos a Kobanî teve graves consequências para a Turquia na relação com a sua minoria curda. A incapacidade de evitar o atentado jihadista sobre a cidade fronteiriça de Suruç e suspeitas de apoio aos militantes radicais sunitas levaram os separatistas do PKK a acusar o governo turco de prejudicar curdos sírios e desamparar curdos turcos (Turquia confirma ataque contra autoproclamado Estado Islâmico, 2015). Seguiu-se uma nova vaga de atentados, nos quais as autoridades turcas retaliaram com bombardeamentos sobre as posições separatistas no norte iraquiano, quebrando-se a trégua e processo de paz que Öcalan e o governo AKP negociavam desde 2013 (Turquia confirma ataque contra autoproclamado Estado Islâmico, 2015). O atentado de Suruç levou a Turquia a juntar-se à coligação internacional contra o Estado Islâmico, embora na prática as operações militares continuassem a priorizar a luta contra os separatistas curdos turcos. O PKK, bem como PYD, eram vistos pelas instituições europeias como grupos terroristas, mas também se demonstraram das forças mais capazes de fazer frente ao EI e ao governo de Bashar Al-Assad, pelo que países como a Holanda e Alemanha, entre outros Estados-membros da OTAN e UE, suscitaram reservas em relação ao reinício das manobras militares contra o PKK (Nato apoia ofensiva turca, mas com reservas sobre ataques a PKK, 2015).

O reinício das hostilidades entre as forças de segurança turcas e guerrilheiros do PKK reforçaram a ideia de que o problema curdo continuaria a ser resolvido através da intervenção armada ao invés da coexistência parlamentar. O facto de Erdoğan ter

procurado solucionar o conflito curdo através de Abdullah Öcalan e não de Selahattin Demirtaş, o candidato pró-curdo que se lhe opôs nas Presidenciais de 2014, revelam como o PKK prosseguiu a ser encarado como o legítimo representante dos curdos (Yavuz & Özcan, 2015). Não obstante, o Partido Democrático Popular (HDP) de Demirtaş demonstrara potencial para tornar-se num ator político relevante face aos resultados das Legislativas de 2015, com o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) a perder a maioria absoluta no Parlamento. O governo escudara-se das negociações de paz com os separatistas curdos na sua campanha presidencial de 2014 para obter o apoio curdo, todavia essa jogada não surtiu qualquer efeito durante a campanha do primeiro-ministro Ahmet Davutoğlu, dado que o bloqueio dos reforços curdos a Kobanî sabotara as negociações. A perda eleitoral do AKP deveu-se à mobilização de uma oposição que reunia um bloco diversificado de nacionalistas curdos, esquerdistas, progressistas e islamitas conservadores descontentes com as práticas governativas (Yavuz & Özcan, 2015). As ‘longínquas’ melhorias económicas e sociais dos primeiros mandatos e o papel unificador do Islão na retórica do partido dissiparam face à esmagadora polarização étnica, medidas repressivas e discriminatórias da parte do governo, que cresceram desde a vaga popular de protestos em 2013. Ao obter 13% dos votos, o HDP ultrapassou a barreira legislativa que estipulava a entrada na Assembleia Nacional de partidos com mais de um décimo da percentagem contada, tornando-se na principal causa de o AKP não alcançar a maioria absoluta (O "rapazito engraçado" que incomoda Erdoğan, 2015).

Apesar do momentâneo sucesso do partido de Demirtaş nas eleições, o HDP, à semelhança de movimentos pró-curdos antecessores, não vingou no sistema político turco, tendo perdido os ganhos no final desse mesmo ano. O fracasso deveu-se a várias razões que tanto se devem à estrutura política turca como à conjuntura atual. A exigência curda por maior autonomia territorial era muito mais elevada em 2015 do que quando o AKP subiu ao poder em 2002 (Yavuz & Özcan, 2015), sendo ainda reforçada pelas experiências curdas no Iraque e na Síria. A continuação da luta armada separatista durante os anos de 2015 e 2016, apesar do apelo de Öcalan ao relançamento do processo de paz, demonstraram que a influência do líder do PKK tinha as suas limitações, de forma que o escalar dos confrontos no sudeste turco indicaram que a figura emblemática do PKK já não tinha o mesmo efeito nos diálogos de reconciliação.

Os partidos pró-curdos que concorriam ao Parlamento não estavam nem totalmente ligados nem dissociados do PKK, e o HDP não era uma exceção; sendo que o próprio irmão do líder partidário Demirtaş, integrava o comité executivo do PKK (Yavuz

& Özcan, 2015). A ‘vitória’ do HDP em junho de 2015 beneficiou o PKK, e as ações dos guerrilheiros separatistas na sequência da retomada dos confrontos contra o Estado turco prejudicaram o partido pró-curdo, acusado de ser o braço político do PKK (Yavuz & Özcan, 2015).

A relevância política do partido de Demirtaş foi breve. Por um lado, o Parlamento resultante das Legislativas de junho não conseguiu formar governo. Pouco conformado com os resultados eleitorais, Erdoğan não desejava nem procurava uma coligação que pudesse enfraquecer os seus poderes executivos (Yavuz & Özcan, 2015); face à recusa do ultranacionalista MHP e inconveniente possibilidade de coligar com o HDP, não foi sem alívio que o presidente decretou eleições antecipadas para novembro (Yavuz & Özcan, 2015). A campanha do AKP foi alimentada por uma forte retórica de fervor nacionalista e islamita, utilizando a violência gerada pelos ataques do PKK para fins eleitorais contra o HDP (A ofensiva antiterrorista e a questão curda, 2015). O partido de Demirtaş não radicalizou o seu discurso, o que poderia abrir um conveniente precedente judicial para a sua dissolução que beneficiaria o AKP, no entanto viu-se incapaz de travar a luta separatista e recusava repudiar os ataques lançados pelo PKK contra as forças pró-governamentais (Yavuz & Özcan, 2015). A intensificação do conflito curdo que devastava o sudeste do país, os atentados terroristas lançados por militantes separatistas do PKK e jihadistas sunitas do EI, e a falta de alternativas políticas ao partido no governo, geraram um clima de insegurança que levou o AKP a recuperar a maioria parlamentar nas eleições de novembro, escassas 3 semanas após um sangrento atentado ter sido lançado contra uma manifestação em prol da paz organizada pelo partido pró-curdo (Marcha pela paz foi palco do ataque terrorista mais sangrento da história da Turquia moderna, 2015). Com a perda de representação na Assembleia Nacional em novembro de 2015, o HDP perdeu a relevância que tinha alcançado na esfera política, e o partido acabou por ser purgado no ano seguinte, com o líder partidário do HDP detido juntamente com uma série de deputados pró-curdos no âmbito do Estado de emergência decretado pelo governo após a tentativa de golpe de Estado em 2016 (Turquia: Polícia dispersa manifestações de apoio a deputados pró-curdos, 2016).

A degradação dos direitos da minoria curda na Turquia e agravamento do conflito neste período tornou-se numa prova de que o governo de Erdoğan abandonou o comprometimento com o parâmetro dos critérios de Copenhaga que diz respeito aos direitos das minorias, demonstrando que a complicada relação entre a minoria curda na Turquia e o Estado turco irá persistir como um entrave à adesão do país à UE.

## CAPÍTULO 2

### Erdoğın e a vertente iliberal na política turca (2013-2017).

Entre 2013 e 2017, os Estados-membros da UE observaram com apreensão que o governo de Erdoğan não trouxe uma liberalização do sistema político turco, mas antes reforçou a visão da Turquia como uma democracia iliberal. A repressão policial face às manifestações antigovernamentais que tomaram lugar entre junho e julho de 2013 em várias cidades; o controlo sobre os poderes executivo e legislativo pelo AKP e as iniciativas para dominar o sistema judicial; a degradação da liberdade de expressão no país e limitações impostas às forças da oposição, desacreditaram a hipótese de Ancara vir a integrar a União Europeia.

Para todos os efeitos, o partido AKP alterara a sua postura política desde a sua primeira vitória nas eleições de 2002; assegurando um governo maioritário até à implementação de um sistema presidencial em abril de 2017 que centralizou o poder político na figura do presidente.

No seu começo, o partido fundado por Erdoğan e Gül era constituído por dissidentes dos partidos islamistas de Erbakan que moderaram o seu discurso para adotar uma posição laica e europeísta. O AKP assumindo-se como um partido socialmente conservador que evitava a retórica religiosa e propunha-se em favor de reformas liberais e democráticas para ingressar na União Europeia, entre as quais medidas que limitavam o poder político dos militares, reforçavam a separação e equilíbrio de poderes e protegiam os direitos dos indivíduos perante o Estado.

Todavia, o que se assistira durante o governo e presidência AKP foi a crescente monopolização do partido e do governo em torno da figura de Recep Tayyip Erdoğan, com o executivo a exercer maior controlo sobre a legislatura e sistema judicial. A defesa de valores democráticos e liberalização social foi posta de parte, dando lugar a uma retórica nacionalista e islamista que considerava medidas contrárias como uma ameaça à soberania turca e à legitimidade de um governo democraticamente eleito.

A administração de Erdoğan demonstrou a continuidade da vertente iliberal turca, e a sua conjuntura marcou o fim da Turquia como Estado tutelado pelos militares com a transição de poder do MGK para o AKP a representar a potencialidade do país tornar-se numa ‘democracia delegativa’ que centralizava os poderes no presidente, uma hipótese

defendida pelo académico Hakkı Taş que se concretizou com a adoção de um referendo em 2017 que permitiu a adoção de um sistema presidencial na Turquia.

O alcance ilimitado de poder de ação do Estado sobre o sistema político e sociedade definem a Turquia como uma ‘democracia iliberal’ segundo a definição dada por Fareed Zakaria (Zakaria, 1997); entenda-se pelo termo, um sistema democrático falível, no qual a separação dos poderes e liberdades individuais não são assegurados devido à tendência de um governo considerar o sucesso eleitoral como uma garantia de poder político ilimitado (Zakaria, 1997). De maneira a centralizar a autoridade civil em torno de um partido, o governo recorre a práticas que lhe permitem manter-se no poder, limitando o poder de ação da oposição e direitos civis como a liberdade, de expressão de forma a colmatar a contestação levantada contra as práticas governativas (Zakaria, 1997).

As democracias iliberais apresentam-se, por natureza, um obstáculo que previne o cumprimento do primeiro critério de Copenhaga na medida em que as suas características são inconciliáveis com os parâmetros requeridos pela União Europeia.

O conceito de Zakaria tem sido alvo de maior debate em anos recentes na medida em que na Europa Central e de Leste veio a assistir-se a transformações nos sistemas democráticos estabelecidos após o colapso do bloco soviético, suscitando dúvidas quanto ao comprometimento de países como a Hungria e a Polónia para com o modelo liberal e normas da União Europeia (Rupnik, 2018). Atentando ao caso húngaro, Viktor Orbán tem vindo a manifestar uma crescente tendência iliberal através de uma retórica nacionalista e conservadora que retrata a Hungria como vulnerável e ameaçada pelos interesses da EU (Rupnik, 2018). O primeiro-ministro húngaro viu-se assim apto a alcançar a soberania popular e refleti-la como soberania nacional através de um governo maioritário formado pelo seu partido FIDESZ, escudando-se das vitórias eleitorais para interferir nas instituições democráticas através de práticas que se assemelham mais às de Putin e Erdoğan do que propriamente dos seus homólogos da UE (Rupnik, 2018).

Esta situação política no centro e leste europeu tem vindo a ser rotulada por um considerável leque de conceitos, entre os quais ‘recessão democrática’, ‘democracia populista’ e ‘democracia iliberal’ (Janse, 2019); acrescente-se, contudo, independentemente das semelhanças e diferenças entre as várias conceções que rotulam estes sistemas políticos, é de acordo geral que uma série de países nesta região em particular, afastaram-se do que se define como uma ‘democracia liberal’, assistindo-se consequentemente à erosão das características que definem o liberalismo constitucional (Janse, 2019).



Conceber o descomprometimento para com a democracia liberal da parte de países como a Hungria e a Polónia é sobretudo preocupante junto das instituições europeias tendo em conta a indissociável relação que existe entre a formulação do critério político de Copenhaga e o período de alargamento da UE entre 1997 e 2004 (Janse, 2019). O Conselho Europeu de Copenhaga formulou em 1993 os critérios políticos que condicionavam a adesão de qualquer candidato a Estado-membro, pelo que se requeria normas democráticas, funcionamento do Estado de direito, respeito pelos direitos humanos e proteção das minorias como requisitos mínimos condicionantes da adesão (Janse, 2019). Contudo, com vista à possível integração de países oriundos da Europa Central e de Leste, a Comissão Europeia veio a reforçar a importância do critério político formulado em Copenhaga durante o período de pré-adesão. Embora o requerimento básico imposto aos candidatos pós-soviéticos fosse um sistema político multipartidário com recurso a eleições livres, justas e regulares baseadas no sufrágio universal, a Comissão Europeia procurava mais do que uma ‘democracia eleitoral’ (Janse, 2019); atentando-se a direitos políticos e civis, como a liberdade de expressão, representação política das minorias, independência dos media e uma oposição política consistente demonstram que era desejável a adoção de uma ‘democracia liberal’ (Janse, 2019).

A conceção do critério político de Copenhaga pela Comissão Europeia expressa com clareza o requerimento de que o país candidato seja uma democracia liberal, entenda-se, um governo democrático com uma eficaz separação e equilíbrio de poderes, Estado de direito implementado, media e órgãos judiciais independentes e, capaz de assegurar direitos fundamentais de carácter político e civil (Janse, 2019). Atentando-se ao alargamento da UE em 2004, requereu-se aos dez países candidatos que demonstrassem o seu comprometimento para com a democracia liberal como uma condicionante em conjunto com a negociação dos direitos e obrigações patentes no *acquis communautaire* (Janse, 2019). Neste contexto, atenta-se ao caso particular da Turquia, um país candidato à UE que manifesta uma cultura política virada para o que neste dissertação identificamos como uma democracia iliberal, um sistema político incompatível, portanto, com a liberalização política condicional para adesão na comunidade europeia por via do cumprimento do critério político de Copenhaga.

Através da imposição do primeiro critério de Copenhaga, a Comissão Europeia tem insistido nas limitações de poder de maiorias eleitas dentro da conceptualização do Estado de direito, o que atenta não apenas aos limites impostos pela legislação mas também limites processuais que evitem o uso excessivo dos poderes delegados pelo

Estado de emergência (Janse, 2019). O Estado turco, exibe uma experiência histórica que denuncia o constante incumprimento dos parâmetros designados em Copenhaga por via da vertente iliberal na democracia turca, que não só persistiu como saiu reforçada durante a administração de Erdoğan, assistindo-se à estagnação e posterior retrocesso do processo de liberalização política que inicialmente prometia alinhar politicamente a Turquia com os Estados-membros da UE.

O sistema político da Turquia tem vindo a apresentar ao longo da sua experiência política vários dos sintomas que definem uma democracia iliberal. Embora entre 1946 e 1950 se tenha proporcionado abertura suficiente para a criação de um sistema parlamentar multipartidário, a transição democrática foi breve, estagnada pelas reminiscências de um passado autoritário que durou de 1923 a 1946 (Zürcher, 2004). A Turquia experienciou um sistema parlamentar unipartidário com o Partido Republicano Popular (CHP) centrado na figura de Mustafa Kemal Atatürk, o fundador da república turca e criador da ideologia do Estado turco, caracterizada pelo republicanismo, nacionalismo e laicismo como princípios impostos através de métodos coercivos (Ahmad, 2008). Durante este período não foi possível o estabelecimento de uma oposição política autónoma e genuína que representasse uma ameaça à permanência do CHP no poder desde que o Partido Progressista Republicano (TCF) foi encerrado em 1925 sob acusações de patrocinar a rebelião curda de Sheikh Said e atentar contra a vida do presidente Kemal em Esmirna (Ahmad, 2008).

A aversão por uma forte oposição política, o recurso a métodos repressivos e monopolização do poder político com desconsideração pelas liberdades cívicas e separação de poderes, seriam características que o sistema democrático turco herdaria do regime autoritário de Atatürk. Deve notar-se que a transição democrática de 1946-1950 na Turquia não trouxe consigo o estabelecimento de uma classe política completamente dissociada do regime kemalista; o Partido Democrata (DP) que ganhou as eleições de 1950 era composto por antigos membros do CHP, entre os quais alguns colaboradores próximos de Atatürk como o caso de Bayar, que fora nomeado primeiro-ministro em 1937 (Zürcher, 2004). Compreenda-se que, embora se tenha efetuado a passagem de um sistema parlamentar unipartidário para um multipartidário com recurso a eleições livres, não foi proporcionada abertura a uma oposição composta por políticos dissociados do regime autoritário nem estabelecidas limitações à ação política governativa. Como resultado, durante a década de 1950 o sistema político turco tomou a forma de uma democracia iliberal, na medida em que o executivo ver-se-ia capaz de centralizar os

poderes do Estado, prevenindo o estabelecimento de uma legislatura e sistema judicial independentes e imparciais e expondo os direitos individuais dos cidadãos à coerção estatal (Zakaria, 1997). Na prática, a vertente iliberal na Turquia começou por manifestar-se após a consolidação política do governo de Menderes nas eleições de 1954 (Zürcher, 2004). Os democratas tomaram progressivamente o controlo do monopólio político anteriormente detido pelo CHP, utilizando a sua maioria parlamentar para alterar a legislação, interferindo no sistema judicial e lançando uma purga sobre as altas patentes do exército leais ao partido de İnönü na oposição (Zürcher, 2004). Fareed Zakaria alertara a este propósito para a tendência de um governo interpretar o sucesso eleitoral como uma justificação para o governo agir sem restrições sobre a sociedade, escudando-se do voto eleitoral garantido por uma maioria popular para contornar o Estado de direito e a separação de poderes (Zakaria, 1997). Este seria um padrão abordado por vários partidos políticos turcos eleitoralmente bem-sucedidos, sobretudo o DP de Menderes, o AP de Demirel, e o AKP de Erdoğan. As obtenções de maiorias absolutas em sucessivas eleições foram compreendidas como legitimando o governo como representante da chamada *milli irade* (“vontade nacional”), oferecendo um livre-trânsito para uma governação livre de restrições à extensão ilimitada dos poderes políticos (Zürcher, 2004).

Deve salientar-se que a par de partidos políticos eleitoralmente bem-sucedidos, uma junta militar politizada também se autoproclamou como representante da *milli irade*, interferindo na esfera política e sociedade turca. O Conselho de Segurança Nacional (MGK), como viria a ser chamado, tratava-se de uma junta predominantemente dominada por altas patentes do exército, cujo propósito consistia em supervisionar o governo civil e garantir a preservação dos princípios ideológicos de Kemal Atatürk (referindo-se, sobretudo, ao carácter laico do Estado e à unidade territorial) contra ameaças externas e internas (Cizre, 2008). Ao contrário dos partidos políticos que reclamavam obter a “vontade nacional” por meio do sucesso eleitoral, as Forças Armadas Turcas (TSK) conceberam a *milli irade*, através da separação dos militares do meio político por Atatürk, uma decisão interpretada como colocando as autoridades militares independentes das autoridades civis ao invés de subordinadas (Cizre, 2008). Escudando-se desta conceção, as TSK viriam a intervir direta e indiretamente no sistema político turco, manipulando as tomadas de decisões de vários governos civis e por vezes recorrendo a golpes de Estado destinados a derrubar administrações instáveis, corruptas ou simplesmente tomadas como ameaçadoras para a supremacia que os militares detinham sobre o governo civil (Cizre, 2008). As forças armadas atuaram em 1960 para travar a monopolização do poder político

pelo primeiro-ministro Menderes, que ameaçava a posição dos oficiais do exército leais ao CHP (Cizre, 2008); em 1971 e 1980, os militares tomariam novamente o poder político para pôr fim a climas de instabilidade política e social (Cizre, 2008); e, agiriam ainda em 1997 no que seria denominado de ‘golpe de Estado pós-moderno’, levando à queda do governo islamita de Erbakan, interpretado como uma ameaça ao caráter laico do Estado turco (Cizre, 2008).

De 1960 em diante, a Turquia viria a tornar-se naquilo que Adam Przeworski definiu como um ‘Estado tutelado’, entenda-se um regime que usufrui de instituições democráticas competitivas, embora limitadas por um aparato militar com capacidade de intervir para colocar assuntos de Estado em linha com os interesses das Forças Armadas (Taş, 2015). O estabelecimento do Conselho de Segurança Nacional, garantiu um papel constitucional às forças armadas acima da autoridade do governo civil, permitindo aos militares intervir em decisões políticas e mesmo suplantando as funções do governo (Zürcher, 2004); na prática, a preservação do governo civil passaria a depender do alinhamento político com o MGK.

Entendemos que a vertente iliberal da democracia turca se manifestou através destas duas forças que se consideravam representantes da *milli irade*: as TSK através de uma cúpula militarizada e politizada independente das autoridades civis, e partidos políticos que governaram em maioria absoluta sem aceitar restrições ao seu poder político durante os seus mandatos.

No caso das autoridades militares no MGK, estas reforçaram a sua capacidade de intervenção no sistema político e na sociedade após cada golpe de Estado, limitando os direitos civis no processo através do estabelecimento de um monopólio que abarcava a legislatura, executivo, tribunais, estabelecimentos de ensino e órgãos de comunicação social (Zürcher, 2004). As consequências do golpe de Estado de 1980 reforçaram a resiliência das TSK como um ator político adepto de métodos iliberais, tendo a Turquia sido brevemente governada até 1983 por uma junta militar que decretou o país em Estado de emergência para proceder a uma vasta purga marcada por detenções em massa e recurso a tortura (Zürcher, 2004). No processo, estabeleceu-se uma Constituição em 1982 que assegurava legalmente uma alargada capacidade de atuação do MGK sobre assuntos internos e externos do país, limitando a já escassa liberdade de expressão e associação que poderiam ser anuladas ou suspensas por decreto do Estado (Zürcher, 2004).

Foi com vista aos abusos de poder, descrédito do Estado de direito e direitos civis pelas autoridades militares turcas, que a União Europeia requereu à Turquia uma série de

reformas que visavam a despolitização do MGK e realinhamento das relações civis-militares com as normas europeias para que a Turquia pudesse ingressar na comunidade europeia (Cizre, 2008). O Conselho Europeu presumiu que se as autoridades militares fossem submetidas ao controlo das autoridades civis, assistir-se-ia a uma liberalização do sistema político turco, e a formação, em 2002, de um governo maioritário comprometido a alinhar o país com os requerimentos europeus chegou a impulsionar a ideia de que a longo prazo a Turquia pudesse vir a tornar-se numa democracia liberal com a adoção de reformas que visassem liberalizar o sistema político (Cizre, 2008). Todavia, as instituições europeias olvidaram o facto de que a vertente iliberal turca não se devia exclusivamente ao intervencionismo político dos militares, mas também à tentativa de monopolização do poder político por governos civis que governam em maioria absoluta, existindo vários casos destes anteriores à centralização do poder pelo AKP de Erdoğan. Após a perda da maioria absoluta em 1957, Menderes afastou membros do seu partido que discordavam das suas políticas, recorrendo ainda aos tribunais para aplacar as críticas dos meios académicos e de comunicação com restrições à liberdade de expressão, e estabelecendo um comité para controlar a oposição (Zürcher, 2004). Esta última medida acabou por ser declarada inconstitucional e serviu de pretexto para as altas patentes do exército intervirem no sistema político ao derrubarem o governo democrata em 1960 (Zürcher, 2004). Na década seguinte, Demirel, enquanto primeiro-ministro do governo AP, tentou centralizar o poder político à semelhança de Menderes, porém não conseguiria atingir a maioria de dois terços necessária na Assembleia Nacional para alterar a Constituição de 1961 e, vira-se incapaz de controlar os órgãos judiciais e meios de comunicação, que preservaram a sua independência do governo civil graças à tutela das autoridades militares, que atuavam através do MGK para preservar o seu monopólio sobre o sistema político (Zürcher, 2004). Desta forma, os governos civis formados após o golpe de Estado de 1960 viam a sua capacidade de ação política limitada, de maneira que os partidos políticos estavam condenados a aceitar as limitações e interferências das altas patentes do exército ou a sofrer represálias, arriscando-se a ser banidos pelos órgãos judiciais ou por uma intervenção militar.

Em suma, a estrutura política turca apresenta um cenário no qual tanto uma cúpula militarizada como uma elite política civil democraticamente eleita ignoraram a separação de poderes e direitos civis, procurando atuar sem constrangimentos aos seus interesses. Erdoğan e o seu partido não seriam uma exceção, vindo a mostrar uma forte tendência

para a continuidade dessa tendência iliberal na sociedade e cultura política turca, muito ligada a devoção ao líder autoritário nacionalista fundador: Atatürk.

A ascensão e resiliência de Erdoğan na esfera política demarcou-se pela formação de um governo capaz de exercer um pragmatismo implacável e considerável flexibilidade no apelo a diferentes eleitorados. Erdoğan estivera associado ao movimento político islamita de Erbakan, tendo desempenhado a presidência da câmara de Istambul graças aos resultados do Partido do Bem-Estar (RP) nas Autárquicas de 1994 (Zürcher, 2004). Todavia, a mobilidade de Erdoğan do plano local para o panorama político nacional fora proporcionada pelo AKP, um partido cuja formação se deveu à lição proporcionada pela experiência islamita de Erbakan no sistema político turco.

Todos os partido islâmicos que seguiram a vertente política de Erbakan acabaram suprimidos pelo sistema judicial por iniciativa militar, acusados de atentar contra a natureza laica do Estado turco (White, 2008). Deve recordar-se que com a consolidação da Turquia como um Estado laico, durante a presidência de Atatürk assistindo-se à submissão de instituições religiosas ao controlo estatal através do Diretório dos Assuntos Religiosos e à supressão da manifestação pública do Islão, das suas irmandades, práticas e símbolos religiosos (White, 2008). Apenas com a democratização do sistema político turco, a liberdade de expressão religiosa e o conseqüente uso do Islão no discurso político foram relativamente aceites, permitindo a criação de partidos islâmicos e a procura de compatibilidade entre as identidades turca e islâmica, levando à formação de uma doutrina intelectual cunhada de Síntese Turco-Islâmica que definiu uma vertente nacionalista turca alternativa ao kemalismo (Zürcher, 2004). A retórica religiosa foi tolerada no âmbito político, mas ficou condicionada a partidos políticos manifestamente laicos, de forma que a rejeição do laicismo como parte da agenda política de Erbakan causou atrito sobretudo com o MGK, que pressionou o encerramento de partidos islamistas como o MNP e o MSP pelos órgãos judiciais (White, 2008). Com o clima de mal-estar e insegurança gerado entre islamistas e as autoridades laicas, Necmettin Erbakan monopolizou a direita religiosa e anti-laica na Turquia, usufruindo de um crescente apoio eleitoral na década de 1990 como um partido antissistema, manifestamente anti-laico e eurocético que soube explorar a quebra de confiança eleitoral com os partidos ‘tradicionais’ que formavam governos, responsabilizados pela inflação, corrupção e repressão estatal (White, 2008). O partido RP de Erbakan tornou-se no maior partido político com as eleições de 1995 e formou um breve governo em coligação com o partido de centro-direita de Tansu Çiller até à pressão proveniente da elite política laica

junto do MGK e de vários setores da sociedade levarem à demissão do primeiro-ministro islamita e posterior encerramento do partido (Zürcher, 2004). A repressão estatal para com o governo islamita afetou invariavelmente Erdoğan, que acabara sentenciado a pena de prisão sob acusação de incitar ódio religioso com a leitura de um poema do ativista otomano Ziya Gökalp num comício partidário em 1998 (Zürcher, 2004).

Face à incapacidade de um partido islamita prevalecer na esfera política mesmo usufruindo de considerável apoio eleitoral, Erdoğan soube explorar uma alternativa pragmática; em prol de garantir a subsistência partidária, Erdoğan e Abdullah Gül, em conjunto com outros dissidentes políticos islamitas, renegaram a retórica islamita radical de Erbakan para fundar um partido de centro-direita que se assumiu como laico e europeísta que evitava o uso de retórica religiosa e defendia a imparcialidade do Estado para com assuntos religiosos (White, 2008). O AKP apresentou-se ao eleitorado turco como um partido democrata, socialmente conservador e adepto de uma economia de mercado livre (Zürcher, 2004). A vitória do AKP nas Legislativas de 2002, que proporcionaram ao partido governar com maioria absoluta, deveu-se maioritariamente a dois fatores: o apelo da figura de Erdoğan como um líder carismático de origens humildes que se tornou numa prova viva de mobilização social e num símbolo de reformas sociais e liberdade religiosa contra um Estado austero (Genc, 2019); e o desencantamento eleitoral dos partidos tradicionais do centro-direita e centro-esquerda turcos, maculados por escândalos de corrupção, abusos de poder e frágeis coligações governativas incapazes de resolver a crise económica e implementar as reformas necessárias para o país ingressar na UE (Zürcher, 2004).

O sucesso eleitoral do AKP refletiu-se como uma manifestação de protesto eleitoral que pedia uma alternativa política; no entanto, embora o partido viesse a ser fracamente contestado no governo civil pela oposição do CHP de Baykal (Ahmad, 2008), as autoridades militares do MGK persistiram como uma ameaça à sustentabilidade governativa do AKP.

Entre 2002 e 2013, Erdoğan e Gül garantiram a sobrevivência do partido e reforçaram os poderes do executivo no sistema político turco com a colocação das autoridades militares sob a alçada do governo civil e consequente despolitização do MGK através da adoção de reformas que pretendiam colocar as relações civis-militares em linha com as europeias para acelerar a candidatura da Turquia na UE (Cizre, 2008). A concretização da adesão europeia por via do critério político de Copenhaga era sinónimo da retirada dos militares da esfera política, sendo que o desejo de fugir a uma região

marcada por regimes autoritários e fundamentalismo religioso no conturbado contexto do Pós-11 de Setembro foi alvo de consideração quando o chefe de Estado-maior das TSK, Hilmi Özkök, declarou que os militares “estavam prontos para um compromisso e visavam superar os riscos em prol de uma maior harmonização com os valores europeus” (Cizre, 2008:324). As medidas pró-europeias reformularam as relações civis-militares, limitando o MGK a um órgão de aconselhamento, aumentando a vigilância civil sobre o orçamento de Defesa, removendo representantes militares do Conselho Superior de Educação e do Quadro Superior de Rádio e Televisão, e proibindo aos tribunais militares julgar civis por críticas às Forças Armadas (Cizre, 2008).

As limitações impostas à interferência do MGK não se fizeram acompanhar por restrições à capacidade de atuação do governo AKP, pelo que se assistiu a uma transição gradual do poder político dos militares para o executivo. Entre 2002 e 2007, Gül foi nomeado presidente, e Erdoğan afastou os islamistas radicais do seu governo, apelando ao eleitorado democrata conservador num clima favorável de recuperação económica e de passos na reconciliação com a comunidade curda, o que permitiu ao AKP assegurar a maioria absoluta nas eleições de 2007 e controlar simultaneamente o executivo, a legislatura e a presidência (Ahmad, 2008). A centralização do poder em torno de Erdoğan e do AKP reforçou-se entre 2007 e 2013, permitindo ao governo civil ripostar contra a oposição laica e suplantando a primazia militar que definia a Turquia como um Estado tutelado. O primeiro-ministro substituiu burocratas por membros do partido leais a si e à sua visão política, como o caso de Ahmet Davutoğlu, que assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros em 2009 (Genc, 2019). Em 2008, o governo reforçou a despolitização do MGK, iniciada pelas emendas pró-europeias, com a abertura do caso ‘Ergenekon’, acusando a existência de uma organização clandestina que pretendia derrubar o governo para executar uma purga que não levou apenas à detenção de altas patentes do exército em funções, mas também de jornalistas, professores e académicos críticos do governo (Governo turco aperta o cerco à rede Ergenekon, 2010). A conceção de uma ‘rede Ergenekon’ levou a uma série de acusações sem provas que permitiu ao governo não só afastar uma considerável parte do aparato militar que ameaçava a continuidade do AKP, como restringir a ação política da oposição laica (Governo turco aperta o cerco à rede Ergenekon, 2010). Recorrendo ao domínio do executivo e legislatura, o governo aprovou uma revisão constitucional em 2010 que retirava a imunidade política aos organizadores dos golpes de Estado e colocava o tribunal constitucional e o supremo tribunal sob supervisão parlamentar (A Turquia vai ter uma constituição reformada, 2010). Na prática,



isto levou a que entre 2010 e 2014 o governo estabelecesse o controlo sobre as TSK: procederam-se a detenções com grande carga simbólica entre várias figuras das Forças Armadas, entre as quais o chefe de Estado-maior Ilker Başbuğ (Turquia: Ex-Chefe do Estado-Maior detido por suspeita de conspiração, 2012), e o ex-presidente Kenan Evren, cabecilha do golpe de Estado de 1980 (Turquia condena ex-presidente a pena perpétua, 2014). Face à vaga de detenções, várias altas patentes do exército demitiram-se em bloco, sendo os cargos preenchidos de acordo com a seleção do primeiro-ministro Erdoğan, promovendo-se militares que não antagonizavam com o governo (Erdoğan nomeia general para evitar o colapso militar na Turquia, 2011). O vácuo de poder deixado pela saída de membros da oposição laica de cargos administrativos e militares foi preenchido por forças leais ao governo, entre os quais associados do movimento islamita de Fethullah Gülen, um influente clérigo islamita e aliado de Erdoğan em exílio nos Estados Unidos (Genc, 2019). Os “gülenistas”, como aqui os referimos, estabeleceram uma rede que se infiltrou nas forças de segurança, órgãos judiciais e estabelecimentos de ensino na Turquia, substituindo o *Deep state* laico e militar hostil ao governo por membros leais aos princípios conservadores e religiosos do primeiro-ministro (Genc, 2019).

Se os anos entre 2002 e 2013 marcaram a retirada de militares e laicos da cena política e consequente monopolização do poder político por um governo democraticamente eleito, de 2013 a 2017 assistiu-se ao reforço da vertente iliberal do governo AKP e estabelecimento de um sistema presidencial que centralizou os poderes na figura de Erdoğan.

O académico Hakkı Taş viria a argumentar que embora a Turquia fosse um sistema parlamentar, após 2011 começou a demonstrar elementos do que Guillermo O'Donnell classificou como ‘democracia delegativa’, um sistema político (geralmente associado a sistemas presidenciais) caracterizado pela centralização do poder político numa figura que se afirma como personificando os anseios da nação, agindo através de poderes ilimitados e práticas de clientelismo para assegurar o poder (Taş, 2015). De facto, Erdoğan, à semelhança de outros líderes de grandes partidos turcos que o precederam, professava o desejo de se implementar um sistema presidencial, e essa foi a sua grande luta desde 2010 (Taş, 2015). Para alcançar o seu objetivo, o então primeiro-ministro turco escudou-se do apelo proveniente da Comissão Europeia que pedia à Turquia a adoção de uma nova constituição capaz de garantir as liberdades cívicas e separação de poderes para promover uma reforma constitucional que aumentasse os poderes presidenciais (Abdullah Gul reafirma compromisso europeu da Turquia, 2009).

Durante o seu percurso entre 2011 e 2017, Erdoğan viu-se confrontado com uma série de entraves à centralização do poder político e anseios presidenciais, o que reforçou a vertente iliberal do governo com uma crescente degradação dos direitos civis e maiores limitações impostas a críticos e opositores.

A vitória que garantira ao AKP assegurar pela terceira vez consecutiva a maioria parlamentar em 2011 reformulou a ideia de o governo se autoconsiderar detentor da *milli irade*; Erdoğan, tal como Menderes anteriormente, interpretou o voto de 50% do eleitorado no seu partido como garantindo a ausência de restrições à ação política e o direito de moldar a sociedade turca de acordo com os seus valores (Taş, 2015). Os resultados desta interpretação espelharam-se em 2013 com as críticas ao governo a subirem de tom, levando a uma vaga de protestos iniciados no Parque Gezi que depressa mobilizaram a oposição à administração do AKP em vários centros urbanos do país (Turquia vive jornada violenta de contestação, 2013). Durante os primeiros dois mandatos as críticas ao governo provinham quase exclusivamente de uma oposição laica alienada, contudo durante o mandato que se iniciou em 2011 outras franjas da sociedade insurgiram-se, transformando uma manifestação inicialmente pacífica contra um projeto de urbanização que ameaçava espaços verdes de Istambul num confronto violento contra as restrições ao aborto, limitações na venda de álcool, e tendenciosa cobertura dos media turcos que censurava a repressão policial contra os manifestantes (Taş, 2015). A vaga de contestação entre junho e julho de 2013 expôs internacionalmente a limitada liberdade de expressão e o caráter autoritário do primeiro-ministro turco. A polícia recorreu a canhões de água, gás lacrimogéneo e balas de borracha para dispersar os manifestantes (Protestos na Turquia: a árvore que esconde a floresta, 2013), e Erdoğan mobilizou um comício chamado ‘Respeito pela Vontade Nacional’ para contra-atacar os protestos, rotulando os manifestantes de “extremistas” e “terroristas”, e acusando os media internacionais de denegrir a imagem do governo (Taş, 2015).

Em dezembro de 2013, o governo AKP ver-se-ia confrontado com a oposição do movimento de Gülen. Cortes financeiros e perspectivas de abolição das instituições privadas de ensino que pertenciam ao seu aliado no exílio impulsionaram os gulenistas a desencadear uma operação anticorrupção sobre o governo (Taş, 2015); uma ação apoiada pelas forças de segurança e pelo sistema judicial que ainda resistiam ao controlo governamental. Esta operação desencadeou escândalos de corrupção e fraude fiscal que envolveu vários membros do AKP próximos de Erdoğan (Movimento de Gülen ameaça governo turco, 2013).

O braço de ferro entre Erdoğan e Gülen nos meses seguintes ao lançamento da operação anticorrupção traduziu-se num confronto entre um executivo e uma legislatura subservientes do AKP e um sistema judicial independente do governo e com ligações aos gulenistas, que prevenia a centralização do poder de Erdoğan. Tal como sucedera com os protestos populares no ano anterior, o governo respondera à crise política com métodos repressivos contra a oposição, almejando o controlo sobre os órgãos judiciais ao invés de promover a imparcialidade e transparência das instituições de Estado (Taş, 2015). Procuradores e oficiais da polícia foram removidos, foi aprovada na Assembleia uma nova legislação que colocava o Quadro Superior dos Juizes e Procuradores estritamente controlado pelo Ministério da Justiça, e o acesso a redes sociais como o Twitter e o Youtube foram temporariamente interditos para conter a disseminação das acusações de corrupção (Taş, 2015).

As limitações aos direitos civis e crescente subjugação dos órgãos judiciais pelo aparelho de Estado incapacitaram a existência de uma oposição capaz de contestar a monopolização do poder por Erdoğan entre 2014 e 2017. A Turquia tornou-se no país do mundo com mais jornalistas presos (Genc, 2019), e Erdoğan consolidara o seu poder como presidente após Gül, fazendo-se representar como um líder legítimo em situação precária, e adotando uma retórica de teor nacionalista e religioso para mobilizar o eleitorado contra os seus opositores através dum permanente sentimento de insegurança (Taş, 2015). Em 2017, escassos dias antes da aprovação do referendo que tornou a Turquia num sistema presidencial, o analista e diplomata Marc Pierini comentara que independentemente do resultado não havia nenhuma consequência direta dado que na prática Erdoğan já era detentor de todos os poderes (Integração da Turquia na UE deixou de fazer sentido, diz Marc Pierini, 2017); o AKP assegurou a maioria absoluta após as Legislativas de novembro de 2015, e a alargada purga sobre a oposição que se seguiu após a tentativa de golpe de Estado de julho de 2016 demonstrou o colapso do Estado de direito na Turquia. Porém, este governo, ao abrigo do Estado de emergência usufruía de um âmbito de atuação ilimitado pela ausência de contrapoderes (Integração da Turquia na UE deixou de fazer sentido, diz Marc Pierini, 2017), proporcionando-se assim a continuidade do modelo iliberal turco com a consolidação da Turquia como uma democracia delegativa.

A vertente iliberal da Turquia centrada em Erdoğan impede o cumprimento dos critérios de Copenhaga e, mesmo que houvesse uma mudança mais favorável da parte de Estados-membros como Alemanha, França ou Áustria para a possibilidade de Ancara

aderir à UE face às necessidades de cooperação criadas pela crise migratória, torna-se impossível a integração do Estado turco sem a implementação de mudanças radicais que não são previsíveis no contexto atual.

## CONCLUSÕES

O persistente incumprimento do critério político de Copenhaga é apenas um de vários motivos do fracasso da adesão turca na União Europeia. A presente dissertação não ignora o peso que a questão cipriota ou a oposição de alguns sectores em países da UE a aceitar a adesão de um Estado de cultura islâmica como a da Turquia tiveram como entraves para a entrada na comunidade europeia. Contudo, a particularidade que distingue o fundamental requerimento do primeiro critério de Copenhaga reside no facto de obrigar o respeito pelas normas europeias que definem uma democracia liberal: entenda-se a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, aplicação do Estado de direito e respeito pelos direitos civis e minorias. Contrariamente ao diferendo sobre o Chipre ou do debate que põe em causa o carácter europeu na identidade turca, específicos da relação com a Turquia, e, sobretudo, negociáveis, os critérios de Copenhaga apresentaram condições indispensáveis e inegociáveis para definir a elegibilidade de qualquer país candidato. Esta dissertação, teve como objetivo analisar a incapacidade turca em preencher os requisitos básicos segundo as normas definidas em Copenhaga como um motivo incontornável de exclusão, ou seja, não se atingiu a liberalização política requerida para tornar a Turquia numa democracia liberal, e por consequência, apta para a adesão.

Embora separados em dois capítulos, é difícil dissociar as duas problemáticas identificadas nesta dissertação: a relação complicada entre o Estado turco e a minoria étnica curda é um dos exemplos mais importantes, de uma tendência mais geral para a fragilidade dos direitos civis e a vertente iliberal da democracia turca.

Existem, primeiramente, conclusões tiradas em relação a cada capítulo antes de embarcar na conclusão da questão central.

No que toca ao primeiro capítulo, concluímos que o agravamento da questão curda na Turquia, consequente da batalha de Kobanî (2014-2015) deveu-se tanto à estrutura política turca como à atual conjuntura governativa. Entendeu-se que a decisão de Ancara em bloquear a passagem a guerrilheiros do PKK que pretendiam quebrar o assédio à cidade curdo-síria de Kobanî lançado por forças jihadistas foi uma resposta no quadro do entendimento habitual de segurança nacional do sistema político turco. A hipótese de se ver estabelecido um Estado curdo junto à fronteira com a Síria, liderado por forças sírias

curdas aliadas do PKK (o partido político PYD e o seu braço armado YPG) representava uma ameaça maior que a presença do Estado Islâmico na medida em que poderiam reabrir uma via de apoio aos separatistas do PKK pela Síria, uma rota vedada desde 1998, altura em que Öcalan perdera a proteção do governo sírio face à ameaça de uma intervenção militar turca em território sírio. A cedência que permitiu aos ‘Peshmerga’ do Curdistão Iraquiano atravessar o território turco para reforçar a defesa de Kobani não se provou suficiente para preservar a trégua estabelecida entre Öcalan e o governo AKP em 2013. O PKK acusou Ancara de prejudicar os curdos da Síria com o fecho da fronteira aos guerrilheiros turcos curdos e de desamparar a população curda na Turquia dada a incapacidade de evitar o atentado jihadista em Suruç. Consequentemente, reabriram-se as hostilidades entre as forças de segurança turcas e guerrilheiros do PKK, tornando o sudeste turco numa zona de guerra entre 2015 e 2016.

A este propósito, devemos tirar duas conclusões sobre a incapacidade de se alcançar uma solução pacífica para o conflito entre o Estado turco e a sua minoria curda.

Em primeiro lugar, a retomada das hostilidades entre Ancara e o PKK apesar dos esforços de Öcalan em prol do fim do conflito reforçam a descentralização do poder político do líder separatista cativo, demonstrado pela habilidade do Partido dos Trabalhadores do Curdistão prosseguir a luta separatista desde 1999; isto leva-nos a considerar a hipótese de Öcalan ter deixado de ser uma figura essencial para a reconciliação entre as autoridades turcas e a principal força separatista turco-curda. Se o peso simbólico de Öcalan junto do PKK não conseguir assegurar a retomada da pacificação do conflito armado, que perspectivas poderá haver futuramente para um diálogo eficaz entre o Estado turco e o seu movimento separatista para o fim das hostilidades?

Em segundo, a incapacidade de resolver-se o conflito por meios democráticos e pacíficos deve-se a três motivos que se devem salientar:

Primeiramente, destaca-se o carácter iliberal do sistema político turco como limitando a expressão da identidade curda, um conceito considerado contrário e ameaçador ao da identidade turca, levando a que o carácter identitário curdo se tenha visto condicionado a manifestar-se quase exclusivamente através de partidos turcos que não se autoproclamem defensores da expressão curda. Como resultado, partidos manifestamente pró-curdos tendem a acabar banidos, o que se deve também ao facto de a demonstração da identidade curda conter noções que vão desde a liberdade de expressão cultural curda até à implementação de um Estado curdo autónomo dentro das fronteiras que compõem a

Turquia. Neste âmbito, importa ter em conta que face aos resultados nas Legislativas de junho de 2015, o governo AKP manifestou a sua tendência iliberal, polarizando o eleitorado através de uma oratória de carácter islamita e nacionalista, rotulando indiscriminadamente os defensores da identidade curda como “terroristas” e “inimigos da soberania da Turquia”. O partido de Erdoğan e Davutoğlu rejeitou formar um governo em coligação com o HDP, partido pró-curdo que melhorou os seus resultados graças aos votos da população curda, o que levou a eleições antecipadas para novembro, nas quais o AKP recuperou a maioria absoluta perdida em junho, tirando proveito do clima de insegurança e violência dos atentados perpetrados pelo PKK para condicionar a ação do partido pró-curdo na oposição.

Segundo motivo, as negociações do governo turco com Öcalan por uma solução pacífica que coloque um ponto final no conflito entre o Estado turco e o movimento separatista expõem o claro reconhecimento do PKK pelas autoridades turcas como o representante legítimo da comunidade curda. O facto de o governo negociar com o PKK de Öcalan em vez de com o candidato presidencial Demirtaş do HDP demonstram a incapacidade de resolver-se o conflito pela via parlamentar.

E, por último, a incapacidade de os partidos políticos pró-curdos dissociarem-se do PKK. O caso de Demirtaş ter ligações familiares com a cúpula do grupo separatista é um padrão já anteriormente visto em partidos pró-curdos anteriores que acabaram banidos constitucionalmente. A ausência de um distanciamento do PKK por parte dos políticos pró-curdos como os que compõem o HDP prejudica a imagem e a sustentabilidade política de partidos pró-curdos, que acabam encarados pelo Estado e eleitorado turco como sendo o braço político do PKK. Consequentemente, os ganhos eleitorais do HDP beneficiaram a preponderância do PKK, enquanto que a luta armada do PKK prejudicou a imagem política do HDP, revelando não apenas como Demirtaş perdeu as Legislativas de novembro, mas também uma das principais causas que levam ao insucesso de um partido pró-curdo em tornar-se num ator determinante no sistema político da Turquia a médio ou longo prazo.

Quanto ao papel que Erdoğan teve na continuação da vertente iliberal turca e passagem da Turquia de um Estado tutelar para uma democracia delegativa, deve tirar-se sobretudo duas conclusões.

Primeira, nos dois primeiros mandatos do AKP (2002-2011), a administração de Erdoğan escudou-se no seu programa pró-europeu para implementar reformas que em teoria potenciavam o alinhamento da Turquia com o primeiro critério de Copenhaga

através do fim da tutela militar sobre os governos eleitos como condição da harmonização das relações civis-militares a par das vigentes no resto da Europa, e a adoção de uma constituição mais liberal que a de 1982. Sob a perspectiva de integrar a União Europeia, requereu-se que a Turquia procedesse a reformas legislativas e judiciais que reforçassem a separação dos poderes, liberdade de expressão, imparcialidade e transparência das instituições democráticas e promoção dos direitos individuais e das minorias. Na prática, a experiência política do governo AKP demonstrou resultados diferentes do esperado. Houve de facto uma implementação parcial e seletiva das reformas requeridas pela UE, nomeadamente a desmilitarização do sistema político turco com a subordinação das autoridades militares à soberania do governo civil, e a concessão de alguns direitos de expressão cultural da comunidade curda. Estas medidas demonstraram-se benéficas para a extrair o poder político do MGK e garantir o sucesso eleitoral do AKP, acabando com a tutela militar imposta sobre os poderes executivo, legislativo e judicial, e aumentando o apoio popular que permitiu ao AKP assegurar a maioria absoluta com as Legislativas de 2007 e 2011. Ou seja, a limitação da interferência dos militares no sistema político não se fez acompanhar de limitações à concentração de poder no governo civil. No processo o executivo centralizou o poder político recorrendo a práticas de clientelismo e abuso de poder para interferir na legislatura e órgãos judiciais, implementando medidas sem a interferência de contrapoderes e limitando o poder de ação da oposição no processo.

Segunda, o pragmatismo de Erdoğan na arena política permitiu ao governo AKP assegurar o poder político desde 2002. O abandono da agenda islamita radical de Erbakan em prol de um partido mais moderado com um programa conservador que evitava o discurso religioso demonstra a capacidade de adaptação de políticos como Erdoğan e Gül para garantirem o seu triunfo no sistema político turco. Erdoğan, enquanto primeiro-ministro, adaptou diversas vezes a composição do seu governo para promover os seus interesses consoante as circunstâncias com que se defrontava. Nos seus primeiros dois mandatos afastou islamitas radicais e nacionalistas da sua administração, substituindo-os por liberais e conservadores que não antagonizassem as Forças Armadas e impulsionassem a harmonização das relações com a comunidade curda bem como a aproximação à UE. Enquanto que no terceiro e quarto mandato recorreu progressivamente a práticas de clientelismo para promover burocratas apoiantes da adoção de um sistema presidencialista e de uma agenda mais nacionalista e islamita; a substituição do primeiro-ministro Ahmet Davutoğlu por Binali Yıldırım é um bom exemplo da transformação do



gabinete de ministros num círculo leal de partidários simpatizantes dos anseios presidencialistas de Erdoğan.

No que toca à questão central da dissertação; o porquê de o governo AKP ter abandonado a liberalização do sistema político turco e reconciliação com a comunidade curda requeridos para a adesão à UE, para dar continuidade a uma conjuntura na qual se assiste à continuidade da vertente iliberal da democracia turca e agravamento da questão curda, concluímos que a administração de Erdoğan utilizou as reformas requeridas pela UE de forma seletiva para consolidar e centralizar em torno de si o poder político. As reformas que visaram a harmonização das relações civis-militares abriram caminho para colocar as autoridades militares sobre o controlo do governo civil à semelhança do que acontece na Europa, pelo que a despolitização das Forças Armadas quebrou a tutela que o Conselho de Segurança Nacional estabelecia sobre o sistema político turco desde 1960. Todavia, não se assistiu a um gradual reforço da separação de poderes, mas antes uma centralização dos mesmos na administração de Erdoğan. Esta ocorrência deveu-se ao facto de que desde a subordinação do governo civil aos interesses de uma cúpula militar fixada após o golpe de Estado de 1960, o Conselho de Segurança Nacional funcionou como um contrapoder que prevenia a monopolização do sistema político por governos de maiorias absolutas que usavam o vasto apoio eleitoral para justificar o direito de centralizarem o poder político sem reconhecer restrições à ação governativa. Consequentemente, as reformas pró-europeias beneficiaram o governo AKP não no intuito de trazer uma liberalização do sistema político, mas de eliminar a tutela que as forças militares exerciam sobre o executivo, legislatura e órgãos judiciais. As instituições do Estado centraram-se progressivamente na figura de Erdoğan e no seu governo com o ‘caso Ergenekon’, permitindo purgar a oposição laica que ameaçava o controlo do AKP sobre o sistema político turco.

As reformas pró-europeias também requeriam a melhoria das relações entre o Estado turco e a sua comunidade curda, pelo que se demonstraram igualmente benéficas para o governo de Erdoğan na medida em que o apelo à reconciliação com a minoria curda foi usada para fins eleitorais, contribuindo para que o governo AKP conservasse a maioria absoluta nas eleições de 2007 e 2011.

Em suma, as reformas pró-europeias demonstraram-se inicialmente úteis para o governo de Erdoğan na medida em que contribuíram para o apoio eleitoral do executivo e o fim da tutela militar sobre o sistema político, todavia o aparente compromisso para com o primeiro critério de Copenhaga desvaneceu dado ser incompatível com a adoção

de um sistema presidencial que consolidasse o monopólio político detido por Erdoğan. O abandono de concessões para com a minoria curda deveu-se à estagnação do processo de adesão da Turquia na UE, ao hipotético sucesso das forças curdas em Kobani ser visto como uma ameaça à segurança nacional e a representação parlamentar de um partido pró-curdo ser entendida como uma oposição que obstrói a hegemonia do AKP no Parlamento. A liberalização do sistema político turco não chegou a materializar-se, na medida em que o governo AKP promoveu práticas iliberais para permanecer no poder, escudando-se em medidas anteriormente utilizadas pela cúpula militar e executivos que governaram em maioria absoluta para monopolizar o poder político, limitando a expressão da oposição e restringindo os direitos civis no processo de alcançar a transição do país para um sistema presidencial.

Sem uma mudança fundamental no objetivo de centralização do poder por líderes turcos como Erdoğan, algo improvável no contexto atual, continuará a colocar-se de lado a divisão de poderes e direitos das oposições e minorias em prol de uma aposta na democracia apenas no seu sentido maioritário que rejeita quaisquer limitações liberais ao poder do governo. Neste âmbito, a adesão da Turquia à UE será impossível à luz dos critérios de Copenhaga, condição *sine qua non* da adesão.

## BIBLIOGRAFIA

- Abdullah Gül reafirma compromisso europeu da Turquia. Euronews. <https://pt.euronews.com/2009/03/26/abdullah-gul-reafirma-compromisso-europeu-da-turquia>. 26 de março, 2009.
- Akçalı, E., Antonsich, M., & Dostál, P. 2011. Turkey's Bid for European Union Membership: Between "Thick" and "Thin" Conceptions of Europe. *Eurasian Geography and Economics*, 52: 196-216.
- Ahmad, F. 2008. Politics and political parties in republican Turkey. In R. Kasaba (Eds.), *The Cambridge History of Turkey: Turkey in the modern world*, vol. 4: 226-265. Cambridge University Press.
- Archick, K., & Morelli, V. L. 2014. European Union Enlargement. *Current Politics and Economics of Europe*, 25: 147-172.
- A Turquia vai ter uma constituição reformada. Euronews. 12 de setembro, 2010. Euronews.
- Bozarslan, H. 2008. Kurds and the Turkish State. R. Kasaba (Eds.), *The Cambridge History of Turkey: Turkey in the Modern World*, vol. 4:333-356. Cambridge University Press.
- Celebrados na Turquia, "peshmergas" aproximam-se da batalha de Kobani. Euronews. <https://pt.euronews.com/2014/10/30/celebrados-na-turquia-peshmergas-aproximam-se-da-batalha-de-kobani>. 10 de outubro, 2014.
- Cengiz, F., & Hoffmann, L. 2013. Rethinking Conditionality: Turkey's European Union Accession and the Kurdish Question. *Journal of Common Market Studies*, 51: 416-432.
- Cizre, Ü. 2008. Ideology, context and interest: The Turkish military. In R. Kasaba (Eds.), *The Cambridge History of Turkey: Turkey in the modern world*, vol. 4: 301-332. Cambridge University Press.
- Düzgit, S. A. 2009. Constructing Europe through Turkey: French perceptions on Turkey's accession to the European Union. *Politique Européenne*, 29: 47-82.
- Erdoğan nomeia general para evitar o colapso militar na Turquia. Euronews. <https://pt.euronews.com/2011/07/30/erdogan-nomeia-general-para-evitar-o-colapso-militar-na-turquia>. 30 de julho, 2011.
- Genc, K. 2019. Erdogan's Way: The Rise and Rule of Turkey's Islamist Shapeshifter. *Foreign Affairs*, 98: 26-34.
- Governo turco aperta o cerco à rede Ergenekon. Euronews. 6 de fevereiro, 2010.
- Gunter, M. M. 2007. Turkey's Floundering EU Candidacy and Its Kurdish Problem. *Middle East Policy*, 14: 117-123.

- Integração da Turquia na UE deixou de fazer sentido, diz Marc Pierini. Euronews. <https://pt.euronews.com/2017/04/11/integracao-da-turquia-na-ue-deixou-de-fazer-sentido-diz-marc-pierini>. 11 de abril, 2017.
- Janse, R. 2019. Is the European Commission a credible guardian of the values? A revisionist account of the Copenhagen Political criteria during the Big Bang enlargement. *International Journal of Constitutional Law*, 17: 43-65.
- Leitão, R. 2005. Quem tem medo da Turquia no seio da União Europeia? *Relações Internacionais*, 5: 41-46.
- Marcha pela paz foi palco do ataque terrorista mais sangrento da história da Turquia moderna. Euronews. <https://pt.euronews.com/2015/10/11/marcha-pela-paz-foi-palco-do-ataque-terrorista-mais-sangrento-da-historia-da>. 11 de outubro, 2015.
- Movimento de Gülen ameaça governo turco. Euronews. <https://www.youtube.com/watch?v=RVeCO1h7ISY>. 25 de dezembro, 2013.
- Nato apoia ofensiva turca, mas com reservas sobre ataques a PKK. Euronews. <https://pt.euronews.com/2015/07/29/nato-apoia-ofensiva-turca-mas-com-reservas-sobre-ataques-a-pkk>. 29 de julho, 2015.
- O “rapazito engraçado” que incomoda Erdoğan. Euronews. <https://pt.euronews.com/2015/06/08/o-rapazito-engracado-que-incomoda-erdogan>. 8 de junho, 2015.
- Principal Partido pró-curdo dissolvido na Turquia. Euronews. 11 de dezembro, 2009.
- Protestos na Turquia: a árvore que esconde a floresta. Euronews. <https://pt.euronews.com/2013/06/03/protestos-na-turquia-a-arvore-que-esconde-a-floresta>. 3 de junho, 2013.
- Taş, H. 2015. Turkey - from tutelary to delegative democracy. *Third World Quarterly*, 36: 776-791.
- Totten, M. J. 2015. The Trouble with Turkey: Erdogan, ISIS, and the Kurds. *World Affairs*, 5-13.
- Treaty of Lausanne. Encyclopaedia Britannica. <https://www.britannica.com/event/Treaty-of-Lausanne-1923>. 17 de julho, 2019.
- Treaty of Sèvres. Encyclopaedia Britannica. <https://www.britannica.com/event/Treaty-of-Sevres>. 3 de agosto, 2019.
- Turquia: A ofensiva antiterrorista e a questão curda. Euronews. <https://pt.euronews.com/2015/07/28/turquia-a-ofensiva-antiterrorista-e-a-questao-curda>. 28 de julho, 2015.
- Turquia condena ex-presidente a pena perpétua. Euronews. <https://pt.euronews.com/2014/06/19/turquia-condena-ex-presidente-a-pena-perpetua>. 19 de junho, 2014.
- Turquia confirma ataque contra autoproclamado Estado Islâmico. Euronews. <https://pt.euronews.com/2015/07/24/turquia-confirma-ataque-contra-autoproclamado-estado-islamico>. 24 de julho, 2015.

- Turquia: Ex-Chefe do Estado-Maior detido por suspeita de conspiração. Euronews. <https://pt.euronews.com/2012/01/06/turquia-ex-chefe-do-estado-maior-detido-por-suspeita-de-conspiracao>. 6 de janeiro de 2012.
- Turquia: PKK suspende retirada dos guerrilheiros. Euronews. <https://pt.euronews.com/2013/09/09/turquia-pkk-suspende-retirada-dos-guerrilheiros>. 9 de setembro, 2013.
- Turquia: Polícia dispersa manifestações de apoio a deputados pró-curdos. Euronews. <https://pt.euronews.com/2016/11/04/turquia-policia-dispersa-manifestacoes-de-apoio-a-deputados-pro-curdos>. 4 de novembro, 2016.
- Turquia vive jornada violenta de contestação. Euronews. <https://www.youtube.com/watch?v=4IBfj0C3g7E>. 1 de junho, 2013.
- Rupnik, J. 2018. Explaining Eastern Europe: The Crisis of Liberalism. *Journal of Democracy*, 29: 24-38.
- Sakkas, J., & Zhukova, N. 2013. The Soviet Union, Turkey and the Cyprus Problem, 1967-1974. *Les cahiers Irice*, 10: 123-135.
- Tocci, N. 2014. Turkey and the European Union: A Journey in the Unknown. *The Center on the United States and Europe at Brookings*, 5: 1-18.
- White, J. B. 2008. Islam and Politics in contemporary Turkey. R. Kasaba (Eds.), *The Cambridge History of Turkey: Turkey in the Modern World*, vol. 4:357-380. Cambridge University Press.
- Zakaria, F.1997. The Rise of Illiberal Democracy. *Foreign Affairs*, 76: 22-43.
- Zürcher, E. J. 2004. *Turkey: A modern history* (3<sup>a</sup> ed.). I.B. Tauris.